

LIVRO DE ATAS Nº 28

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2019.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de janeiro de 2019.

VEREADOR JAIR DE PAULA COELHO
Secretário

VEREADOR RAFAEL VILELA MARTINS
Presidente da Câmara

Ata da Sessão de Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte minutos do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezenove, conforme comunicado pelo Presidente da Câmara na sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e dezoito; em atendimento ao art. 34, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, bem como ao art. 24, § 2º, do Regimento Interno; reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausentes os Vereadores Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente em exercício, Vereador Paulo Henrique da Silva, que determinou ao Secretário em exercício, Vereador Wellington Ferreira de Souza, a leitura do Termo de Posse da Mesa Diretora da Câmara Para o Biênio 2019/2020, eleita em cinco de novembro de dois mil e dezoito. Em seguida, o Termo de Posse foi assinado pelos Vereadores presentes, após o que a Mesa Diretora do biênio 2019/2020 (dois mil e dezenove e dois mil e vinte) ficou oficialmente empossada, entrando imediatamente em exercício, com a seguinte composição: Vereador Rafael Vilela Martins, Presidente da Câmara; Vereador Paulo Henrique da Silva, Vice-Presidente; Vereador Jair de Paula Coelho, Secretário. Registre-se que o Vereador Jorge Luís Martins Soares, Suplente de Secretário eleito, será empossado na próxima sessão da Câmara. Dada a palavra livre pelo Sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão de posse.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e três minutos do sete de fevereiro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (20 de dezembro de 2018). A ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi lido e assinado o termo de posse do suplente de secretário da Mesa, Vereador Jorge Luís Martins Soares, ficando o mesmo empossado no cargo. Nos termos dos arts. 59 e 60 do Regimento Interno, o sr. Presidente passou à formação das comissões permanentes, apresentando aos vereadores a composição feita pela Mesa Diretora. O Vereador Arilson Neto Santos Freitas solicitou a sua substituição na Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal devido a estar sobrecarregado de compromissos neste período inicial do ano. O Vereador Wellington Ferreira de Souza candidatou-se a substituí-lo. Então, após essa substituição, o Plenário aprovou unanimemente a formação das comissões permanentes da seguinte forma: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: Presidente: Jair de Paula Coelho - Vice-Presidente: Paulo Henrique da Silva - Relator: Jorge Luís Martins Soares; Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Presidente: Romeu Moreira Batista - Vice-Presidente: Frederico Senra Condé - Relator: Jair de Paula Coelho; Comissão de Educação, Saúde e Assistência: Presidente: Wellington Ferreira de Souza - Vice-Presidente: Paulo Henrique da Silva - Relator: Frederico Senra Condé; Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais: Presidente: Romeu Moreira Batista - Vice-Presidente: Wellington Ferreira de Souza - Relator: Arilson Neto Santos Freitas; Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal: Presidente: Jorge Luís Martins Soares - Vice-Presidente: Wellington Ferreira de Souza - Relator: Maurílio Rodrigues dos Reis. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Jair, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. A sessão seguiu com a leitura das seguintes correspondências recebidas: a) Ofício 1177, repasse R\$2.142,86; b) Ofício 1769, repasse R\$723.629,00; c) Ofício 1227, repasse R\$233.055,69. Seguiu tramitando a prestação de contas do Executivo do exercício de 2016, que está com a Comissão de Finanças e esta tem até o dia dezoito para emitir o parecer. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.740, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Dia Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as Comissões de Legislação (o autor foi substituído pelo Vereador Romeu) e de Saúde. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 015-2ª edição: providências na Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 130-2ª edição: placas de homenagens ao ex-Vereador Antônio Roque; 3) Indicação nº 280-2ª edição: muro de contenção na divisa do cemitério; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 416: bueiros na rua Dr. Fausto; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 401: realização das provas do Enem em Rio Pomba; 2) Indicação nº 426: providências na

rua Vereador José Paulo de Miranda; 3) Indicação nº 427: calçamento em trecho da Rua José Augusto Soares; d) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 424: manutenção das estradas rurais Cachoeira dos Gonçalves Vogados e Carmos; 2) Indicação nº 425: assentamento de mata-burros; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 2-2ª edição: praça no alto da Rua Geraldo Rosa Soares; 2) Indicação nº 4-2ª edição: construção de muro no final da Alameda dos Inconfidentes; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 17-3ª edição: providências no bairro Nossa Senhora das Graças; g) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 428: ônibus coletivo circulando em mais bairros; h) Wellington Netto: 1) Indicação nº 420: manutenção dos carros da Saúde; 2) Indicação nº 421: limpeza urbana; 3) Indicação nº 422: limpeza urbana; i) Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 429: Cascalhamento de trecho da Av. Manoel Fernandes; j) Rafael Vilela Martins e Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 24-2ª edição: Construção de novas capelas mortuárias. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. O Vereador Arilson sugeriu que seja feito um ofício a ser assinado por todos os vereadores solicitando ao sr. Prefeito a limpeza do terreno contíguo ao posto de saúde próximo ao ginásio, porque o mato está muito alto. O Vereador Jair sugeriu que seja feito um ofício também para ser assinado por todos solicitando que a igreja Matriz de São Manoel seja protegida por gradil durante o carnaval. O Vereador Wellington sugeriu que seja feito um ofício ao DER sobre a necessidade da retirada de empoçamento de água defronte o loteamento Panorama e o Vereador Jair disse que também é necessário na entrada para a zona rural de Passa Cinco. Estando presentes no recinto, o sr. Presidente autorizou que usassem a palavra os representantes da empresa LabCinco, sobre o aplicativo Fala Cidadão contratado pela Câmara Municipal. Também falaram sobre o aplicativo os Vereadores Jorge e Wellington apresentando sugestões. Às vinte horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente comunicou a retirada do Projeto de Lei nº 1.737, dos Vereadores Wellington Netto e Paulo Henrique da Silva: Institui o Programa “Vacinação Domiciliar de Idosos” e dá outras providências; nos termos dos arts. 136, § 1º, IV e 146 do Regimento Interno. O sr. Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei nº 1.741, do Executivo, que “Altera o ANEXO III, da Lei nº 1.467, de 14 de março de 2014.” Considerando o envio desse projeto hoje, portanto, fora do prazo regimental, o sr. Presidente consultou ao Plenário se o mesmo poderia ser inserido na pauta pelo seu caráter de urgência. Unanimemente o Plenário autorizou que o projeto entrasse em tramitação. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação, Finanças e Educação. As três comissões, por unanimidade de seus membros, opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.471, quando os vereadores debateram sobre a proposta. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.471 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, o sr. Presidente determinou a leitura, para conhecimento, da Portaria nº 350, que designa a Ouvidoria Parlamentar. Após, foi lida a Portaria nº 351, que designa a Comissão de Controle Interno. O sr. Presidente a submeteu a Portaria nº 351 à homologação plenária e a mesma foi aprovada por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. Nada

mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do vinte e um de fevereiro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (07 de fevereiro de 2019). A ata foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Jair, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. A sessão seguiu com a leitura da seguinte correspondência recebida: a) Ofício 12, da Associação Refúgio dos Meninos de Rua. Seguiu tramitando a prestação de contas do Executivo do exercício de 2016, que está com a Comissão de Finanças. O Sr. Presidente pediu que a comissão conclua para a próxima sessão para cumprimento do prazo de devolução ao Tribunal de Contas. O Vereador Romeu Moreira, Presidente da Comissão de Finanças, disse que a comissão se reunirá no dia vinte e sete próximo, antes do horário de realização da audiência pública das dezessete horas. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.740, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Dia Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. O sr. Presidente solicitou que as comissões de Legislação e de Saúde se reúnam para analisá-lo. Após, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.742, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores da Câmara Municipal; b) Projeto de Lei nº 1.743, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo; c) Projeto de Resolução nº 345, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. O sr. Presidente disse que esses projetos são encaminhados às comissões de Legislação e de Finanças, a menos que o plenário conceda a urgência especial; consultou ao Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial. Por unanimidade, o pedido de urgência foi aprovado. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas as comissões foram favoráveis às três proposições pela unanimidade de seus membros. Colocados em votação, um de cada vez, foram aprovados por unanimidade: a) Projeto de Lei nº 1.742, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores da Câmara Municipal; b) Projeto de Lei nº 1.743, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo; c) Projeto de Resolução nº 345, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 435: reparos na camada asfáltica da Rua Ângelo do Carmo; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 430: celebração de convênio com o IF para o Pré-Enem Social; 2) Indicação nº 433: limpeza e reforma no calçamento das ruas do bairro Rosa Mística; 3) Indicação nº 434: urbanização na Rua Floripes Maria de Jesus; c) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 432: reforma de ponte de madeira nos Carmos; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 35-3ª edição: câmeras de monitoramento

urbano; 2) Indicação nº 260-2ª edição: providências na Rua Diógenes Coelho Gomes; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 431: alocação de mais um veículo escolar para o Bomjardim; f) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 436: alteração do horário permitido para notas de falecimento; 2) Indicação nº 437: implantação de placas fotovoltaicas nos prédios públicos, praças, ruas e avenidas do município; 3) Indicação nº 438: alterações de trânsito e colocação de lixeira na Rua Ângelo do Carmo; g) Rafael Vilela Martins e Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 365-2ª edição: estacionamento rotativo no centro da cidade; h) Rafael Vilela Martins, Paulo Henrique da Silva e Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 300-2ª edição: implantação de lâmpadas LED na iluminação pública. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e trinta minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente comunicou que haverá a audiência da lei de responsabilidade fiscal no dia vinte e sete de fevereiro, às dezessete horas, com presença obrigatória para os membros da Comissão de Finanças, Romeu, Frederico e Jair. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Jair abordou assunto relativo às festas que são realizadas no bairro Lindo Vale e que têm gerado problemas diversos. O Vereador Wellington propôs que a Comissão de Educação promova uma audiência com as autoridades municipais para analisarem a situação; falou sobre o transporte dos alunos dos cursos superiores; sugeriu que a Comissão de Saúde busque informações sobre as ações de combate à dengue; ofereceu modelo de alteração do código de posturas sobre o horário para as notas de falecimento; comentou também sobre a necessidade dos cuidados com os quiosques centrais e sobre a manutenção do carro colocado à disposição do conselho tutelar e que não é usado por ele; comentou que possivelmente o Secretário de Obras, Geraldo Coelho, usa o veículo da Prefeitura mesmo estando em férias e citou casos de abuso de poder do citado secretário para com funcionários e até vereadores; abordou o descaso com que é tratado o trabalho do conselho tutelar e a falta de uma sede apropriada; citou questões relativas à disponibilidade de vagas na creche; comentou sobre as obras realizadas na Av. Manoel Fernandes com péssima qualidade e falou da necessidade de um convite do mesmo para vir à Câmara prestar esclarecimentos; relatou a necessidade de verificação do reservatório da Copasa que “cospe” água no bairro *Estação*, reservatório que está caindo e o caso já é do conhecimento do coordenador da defesa civil, Hélio Gomes; finalizou falando sobre o carnaval e os diversos cuidados necessários para se evitar ocorrências graves, especialmente o aumento do número de fiscais, tranquilidade e rigidez na segurança. Presente no recinto, o sr. Presidente convidou o sr. Vinícius Leal Faria, Secretário Municipal de Administração e Finanças, para falar especialmente sobre o carnaval. Tomando assento no plenário, o Secretário Vinícius apresentou informações pontuais sobre a organização do carnaval, assim como festas que acontecem na cidade envolvendo os alunos do Instituto Federal; respondeu perguntas de vereadores e debateu esses assuntos; o Secretário forneceu informações acerca da atuação da Prefeitura na fiscalização dos quiosques centrais e do serviço de motosom. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em

discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do sete de março de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (21 de fevereiro de 2019). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.740, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Dia Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. O sr. Presidente solicitou que as comissões de Legislação e de Saúde se reúnam para analisá-lo. O Vereador Wellington, Presidente da Comissão de Saúde, convidou os membros para se reunirem na segunda-feira, dia onze, às dezesseis horas. O Vereador Jair, Presidente da Comissão de Legislação, também designou reunião desta comissão para segunda-feira, dezesseis horas. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou às Comissões de: a) Legislação (o autor foi substituído pelo Vereador Romeu); b) Finanças; c) Educação (o autor foi substituído pelo Vereador Romeu). Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 408: creche 06 meses a 02 anos; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 127-2ª edição: asfaltamento do final da Rua Luiza Alvim; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 258-2ª edição: providências no bairro Sol Nascente; d) Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 206-3ª edição: medida de segurança na região da Rua Cel. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 270-2ª edição: muro de arrimo na Rua Coronel José Furtado de Mendonça; e) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 440: manutenção do semáforo da Av. Dr. José Neves; 2) Indicação nº 441: colocação de lixeiras na Rua Madre Cabrine. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão às dezenove horas e sete minutos, durante a leitura das indicações. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e dezessete minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 11, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2016 – aprovação das contas. Em seguida, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2016. O sr. Presidente colocou o Projeto de Decreto Legislativo nº 189 e a prestação de contas em discussão. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação nominal, com chamada por ordem alfabética, o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2016. Este projeto foi aprovado por unanimidade pelos votos dos Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. O sr. Presidente lembrou que está marcada a reunião da Comissão de Assistência com as autoridades sobre as festas que acontecem no Lindo Vale, para esta segunda-feira, às dezenove horas, na Câmara, e que as conselheiras tutelares confirmaram presença. O Vereador Jorge Luís pediu ao sr. Presidente que solicite o parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 1.744. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. Os Vereadores Jorge, Arilson, Jair, Frederico, Wellington, Romeu e Rafael comentaram sobre o carnaval deste ano. O Vereador Wellington sugeriu que as comissões permanentes se reúnam segunda-feira às

dezoito horas, e não às dezesseis, tendo em vista que às dezenove horas haverá reunião com as autoridades municipais. O Vereador Wellington falou sobre diversos assuntos: 1) a reforma do CRAS que já está em estado de deterioração; 2) sobre as caçambas para recolhimento de entulhos cujas empresas estão sem o local para despejo; 3) pediu a limpeza da Av. Flanboyant, da Rua Casuarina, do Rosário Central e do cemitério; 4) redutores de velocidade no final da Av. Jornalista José de Assis Vieira; 5) sobre a necessidade de colocar mais veículos no transporte escolar do Bomjardim; 6) gasto de energia elétrica dos prédios públicos para instalação de placas fotovoltaicas; 7) sobre o uso do carro do Conselho Tutelar e com responsabilidade pelas requisições do Cras. Sobre as caçambas de entulhos, o Vereador Rafael disse que a empresa está desautorizada a atuar e o Vereador Romeu disse que está se fazendo licitação pois a empresa deverá ter um lote para depósito dos entulhos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte e um de março de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (07 de março de 2019). A ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Ofício encaminhando relatório anual da Emater; b) convite para a Conferência de Saúde; c) convite para o passeio ciclístico referente ao “dia do autista”. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. Aguarda comissões permanentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.745, da Mesa Diretora: Altera o caput do art. 6º da Lei nº 1.598/2018. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de: a) Legislação (o Vereador Paulo foi substituído pelo Vereador Frederico); b) Finanças (o Vereador Jair foi substituído pelo Vereador Wellington). Conforme prévia inscrição realizada, o sr. Presidente concedeu o uso da Tribuna Popular ao dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, representando o Sinsemrip, para falar sobre: assédio moral no ambiente de trabalho; novo piso salarial dos agentes comunitários; insalubridade dos servidores municipais; reajuste anual do vencimento dos funcionários da Prefeitura Municipal. O Dr. Clóvis disse que não fez a convocação em massa dos servidores pelo fato do sr. Prefeito não haver enviado os projetos de leis respectivos dos reajuste, novo piso e insalubridade; como isso não aconteceu, decidiu mudar e pedir publicamente à Câmara que faça um convite amigável ao sr. Prefeito para uma conversa entre ele, os Vereadores e a diretoria do Sinsemrip, podendo ser na mesma data da próxima reunião da Câmara porém antes da sessão; disse que fez novo pedido para ser recebido pelo sr. Prefeito mas não houve pauta para a reunião; disse que se houver essa reunião com o sr. Prefeito poder-se-á avançar muito nos assuntos; disse que apresentará esse pedido por escrito ao município. O sr. Presidente disse que fará o ofício e perguntou se os vereadores concordam com a reunião. Todos concordaram e alguns opinaram que seja na quarta-feira. O Vereador Jorge perguntou se não seria melhor aguardar a remessa dos projetos à Câmara. O Vereador Romeu disse que a reunião seria bem-vinda, mas que o projeto já deveria estar sendo discutido com o pessoal do Sindicato; comentou que o projeto já enviado à Câmara no mandato anterior era ruim para os funcionários e achou que o sr. Prefeito já deveria estar discutindo com o Sindicato o projeto da insalubridade para que chegasse à Câmara mais definido. O Dr. Clóvis disse que não obteve resposta do Executivo e por isso está aqui. O Vereador Wellington lamentou que essa conversa ainda não tenha acontecido; percebeu que o orador está buscando uma intermediação da Câmara no diálogo entre o Prefeito e os funcionários; disse que o advogado do Sinsemrip é muito educado e que se fosse ele já teria alarmado de todas as formas; disse que o estudo de insalubridade foi pago com recursos públicos e não podem ficar dentro de uma

gaveta. O Dr. Clóvis disse que independentemente da presença do Prefeito ou de seus assessores ele estará aqui. O Vereador Maurílio disse que o Prefeito ainda não recebeu os representantes do sindicato e certamente não virá à Câmara; que se quisesse resolver o problema já teria recebido os servidores; que os servidores estão nas mãos do Prefeito e este somente enviará o projeto quando quiser; que os servidores podem contar com os Vereadores, mas depende do Prefeito enviar. O Dr. Clóvis disse que não é possível obrigar a presença, mas tornar público é uma forma de dar sequência no que foi proposto. O Vereador Wellington disse entender que o Prefeito é quem decide, mas entende também a expectativa do advogado quanto à demora na tramitação dos projetos. O sr. Presidente disse que comunicará caso seja confirmada a reunião com o Prefeito. O sr. Presidente convidou os técnicos Leandro e Ulysses para que apresentem o início do aplicativo Fala Cidadão, agora funcionando nas plataformas Ios e Android. Os convidados passaram informações sobre o funcionamento do aplicativo verbalmente e demonstrando imagens projetadas, inclusive fazendo uma simulação. Houve perguntas e comentários dos vereadores. Ficou acertado que as demandas recebidas através do aplicativo serão convertidas em indicações a serem assinadas por todos os vereadores. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 131-2ª edição: construção de um beiral na laje do Edifício Vereador Antônio Roque; 2) Indicação nº 233-2ª edição: providências nas imediações da Praça Ruy Batista Santiago, bairro Santa Isabel; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 289-2ª edição: manutenção do calçamento da Serrinha; c) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 334-2ª edição: redutor de velocidade no bairro Santa Isabel; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 50-3ª edição: semáforos na região central da cidade; 2) Indicação nº 56-2ª edição: revisão do auxílio alimentação dos servidores municipais; 3) Indicação nº 448: faixa de pedestres; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 274-2ª edição: reforma de calçamento no loteamento São Francisco; 2) Indicação nº 324-2ª edição: redutor de velocidade na Av. Palmeira Imperial; 3) Indicação nº 423: recapeamento asfáltico no Distrito Industrial; f) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 443: transferência da feira livre da Praça Ministro Odilon Braga; g) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 442: providências em ruas do Belvedere; 2) Indicação nº 445: providências na Rua Antônio Carlos da Silva; 3) Indicação nº 446: conserto do corrimão da Rua Ozório Novato. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. O Vereador Romeu comentou sobre a sua indicação de transferência do local de realização da feira livre; disse que a feira cresceu muito e a praça JK tem bancos para o público sentar e árvores oferecendo sombra; citou também que as ruas a serem impedidas servirá para para estacionamento de veículos dos próprios feirantes, liberando espaço no centro e evitando multas; disse ainda que a praça abrigará melhor o público, os músicos e a disposição das barracas. O Vereador Jorge parabenizou o Vereador Romeu e lembrou que fez indicação ano passado para que a feira fosse transferida para o lado da igreja, mas se trata de um lugar quente e sem sombra; mas onde o Vereador Romeu sugeriu beneficiará o trânsito, trata-se de lugar amplo e com sombra; disse ver com bons olhos a indicação que é excelente. O Vereador Romeu disse que o espaço entre a igreja e a feira é perigoso para a passagem de pedestres, enquanto na pracinha o espaço ficará

todo exclusivo. Às vinte horas e quatorze minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 27, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei nº 1.740; b) Parecer nº 06, da Comissão de Educação: Projeto de Lei nº 1.740. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.740, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Dia Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Pronunciaram-se os Vereadores Jorge Luís e Wellington Ferreira. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.740 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Arilson Neto Santos Freitas abordou sobre o perigo para os pedestres da cratera que se abriu na Rua Péricles de Queiroz e os Vereadores Jair e Frederico apresentaram as informações que tinham. Os Vereadores Wellington e Jorge também comentaram. O Vereador Arilson falou sobre pedidos de providência que dirigiu à Prefeitura sobre a reforma de calçamentos na Pedreira, Rosa Mística e Santa Helena; comentou sobre os veículos da Prefeitura que estão todos quebrados no almoxarifado; sobre o corte de árvores na Pedreira e na Av. do Contorno, dos quais já alertou o Coordenador da Defesa Civil e na Av. do Contorno tem risco de queda sobre casas; sobre o corrimão da Rua Ozório Novato que já foi feito e a capina que será realizada em toda a Pedreira. O Vereador Wellington falou sobre ofícios encaminhados à Secretária de Assistência Social para análise do projeto de lei do Vereador Paulo; agradeceu ao Dr. Evilázio pela boa vontade com que gentilmente determina a resposta de seus ofícios, mas existem ainda alguns a serem respondidos; parabenizou ao Secretário de Saúde pela redução do número de casos de dengue; parabenizou ao Vereador Romeu pela indicação da transferência da feira livre por ser um local excelente, não só pelo circuito que será feito mas também pelo estacionamento e pela sombra; disse torcer para que eles aceitem o pedido e aproveitou para pedir o conserto das pedras soltas no interior da praça JK, que ocasionam quedas de pessoas, e assim se possa ter a feira livre funcionando com toda presteza para a comunidade; falou da importância do pedido de visita do sr. Prefeito à Câmara para dialogar com o Sindicato. O Vereador Rafael Vilela agradeceu sobre: 1) veículo fumacê; 2) limpeza da Pedreira e Rosa Mística; 3) regularização do transporte escolar dos alunos do Bomjardim; falou sobre os objetivos do aplicativo Fala Cidadão. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezenove horas do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins e Wellington Ferreira de Souza; ausentes os Vereadores Frederico Senra Condé e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (21 de março de 2019). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Comunicação de repasse para recapeamento asfáltico; b) convite para o 36º Congresso Mineiro de Municípios. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. O Vereador Jair, Presidente da Comissão de Legislação, disse que aguarda informações da Prefeitura atinentes ao projeto. Também permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.745, da Mesa Diretora: Altera o *caput* do art. 6º da Lei nº 1.598/2018. O sr. Presidente pediu que os pareceres sejam apresentados para a próxima reunião ou os solicitará para emissão verbal. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.746, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, altera a lei 1.612/2018 e dá outras providências. O Vereador Jorge pediu urgência por se tratar de simples repasse da verba já existente. Então, o sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente consultou à Comissão de Finanças sobre a possibilidade da emissão do parecer verbal. Pela unanimidade dos membros esta comissão opinou pela aprovação do projeto, sendo que o Vereador Romeu foi substituído pelo Vereador Paulo e o Vereador Frederico foi substituído pelo Vereador Jorge. Então, o sr. Presidente remeteu o Projeto de Lei nº 1.746 à ordem do dia. Apesar de não ter havido a inscrição regimental para uso da tribuna popular, mas considerando a relevância do assunto, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão da palavra do dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip, para falar sobre os projetos do Executivo tratando de insalubridade e revisão salarial. Pela unanimidade dos presentes o Plenário autorizou o uso da palavra. Então, o dr. Clóvis Torres Quintão Júnior se posicionou junto ao Plenário falando sobre os projetos de leis enviados relativos à insalubridade e à revisão dos vencimentos; quanto à insalubridade, pediu a tramitação e disse ser necessário haver um diálogo entre o engenheiro do trabalho do município e do Sinemrip; quanto à revisão, disse não haver objeção quanto ao cumprimento do piso salarial do magistério e dos agentes de saúde; com relação ao índice de um por cento, disse haver conversado com os servidores e lamentou que o percentual tenha sido encaminhado de última hora, não possibilitando uma conversa com o sr. Prefeito; ressaltou que é graças à existência do Sindicato que está sendo concedido esse reajuste, pois se o mesmo não existisse nada seria dado; disse que a chance do percentual de um por cento aumentar é muito pequena e que já conversou com alguns servidores, concluindo que é melhor votar para não gerar uma perda aos agentes que aguardam

o piso nacional; ressaltou não terem nada contra o sr. Prefeito e sua capacidade administrativa, mas não concordou que não tenha havido diálogo e transparência com relação ao índice de revisão; lamentou o não comparecimento do sr. Prefeito a uma reunião com o Sindicato e os vereadores, porém agradeceu ao reajuste e aos projetos do piso dos agentes e do magistério. O sr. Presidente consultou ao dr. Clóvis se os servidores desejam a votação do reajuste de um por cento ainda hoje ou que o mesmo permaneça tramitando. O Vereador Jair perguntou se seria um desejo dos servidores desmembrar o reajuste do projeto do piso dos agentes. O Vereador Maurílio disse que somente se atrasará o reajuste dos funcionários, que se o requerimento for aprovado o Prefeito demorará quinze dias para responder que não pode conceder mais; porém, não vê objeção em aprovar o requerimento. O Vereador Wellington disse entender as palavras do Vereador Maurílio mas disse que os agentes que buscam o piso irão demorar mais um mês a receber o seu salário, mas em detrimento disso é preciso dar a parcela de contribuição para os demais colegas, sendo de bom senso honrar o trabalho do Sinsemrip; disse que existe uma Casa de Vereadores que o sr. Prefeito precisa respeitar e o requerimento propõe abrir um diálogo. O Vereador Maurílio disse que votará o requerimento de acordo com o desejo dos servidores, aguardando a votação do percentual para a próxima reunião ou votando hoje. O Dr. Clóvis disse que se for permitido poderá fazer uma consulta aos servidores presentes. Os Vereadores Jorge e Maurílio sugeriram que se manifestem apenas levantando a mão. Solicitados a se manifestar pelo Dr. Clóvis, a maioria dos servidores presentes simbolicamente opinaram pela tramitação do projeto. O Vereador Arilson disse haver entendido que os servidores manifestaram pela tramitação do projeto, a favor do requerimento e o desmembramento do projeto. O sr. Presidente disse que pedirá a redação do requerimento para ser votado; que os projetos da insalubridade e da revisão salarial continuarão tramitando; comunicou que a próxima reunião ordinária acontecerá no dia vinte e dois de abril, devido à Quinta-Feira Santa do dia dezoito. Seguindo a sessão, foi lido o Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências.” O Vereador Wellington citou que a Lei Complementar nº 17 já dispõe sobre a insalubridade e achou estranho que o sr. Prefeito tenha enviado um projeto específico, ao invés de atualizar o Regime Jurídico dos Servidores. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças; c) Saúde. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.748, do Executivo – Substitutivo nº 01: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 33, dos Vereadores Wellington e Jair: Requer cópia do estudo sobre o adicional de insalubridade. O Vereador Wellington manifestou sobre o requerimento. Colocado em votação, o Requerimento nº 33 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 303-2ª edição com acréscimo: lixeira coletiva e limpeza na Vila Ernestina da Silva Reis; 2) Indicação nº 450: lixeira coletiva; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 149-3ª edição: instalação de radar na Rua Carminha Morais Sarmiento; 2) Indicação nº 271-2ª edição:

grade de proteção na Rua Cel. Luís Furtado de Mendonça; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 323-2ª edição: sinalização dos redutores de velocidade; 2) Indicação nº 407-2ª edição: destinação de ônibus para o Cras; d) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 444: redutores de velocidade na Av. Jorn. José de Assis Vieira; 2) Indicação nº 452: retirada de água acumulada; 3) Indicação nº 455: recomposição de redutores de velocidade à Rua Padre Manoel; e) Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 352-2ª edição: aquisição de veículo para atendimento móvel em saúde. O sr. Presidente solicitou a leitura de nota do Vereador Romeu Moreira Batista, ausente nesta sessão, o que foi feito pelo Secretário, nos seguintes termos: “ESCLARECIMENTO DO VEREADOR ROMEU MOREIRA BATISTA DIANTE DA POLÊMICA SURGIDA SOBRE A INDICAÇÃO DA FEIRA LIVRE. Na reunião ordinária do dia 21 de março, apresentei uma indicação ao Executivo para a ampliação da feira livre que acontece aos sábados. Algumas pessoas que ajudam no acontecimento da feira desde o seu início, quando era realizada no parque de exposições, deram-me a sugestão. Fui infeliz em não levar a demanda aos feirantes, pensando que a ampliação era vontade também deles. Somos humanos e estamos sujeitos a falhas. Sei das dificuldades que os feirantes enfrentam, pois também já fui feirante quando levava minha produção rural até o Rio de Janeiro para ser vendida na feira e ainda sou produtor rural. Retiro a Indicação nº 443/2019 desculpando-me com a população e os feirantes. Coloco-me sempre à disposição da população. Gostaria de estar presente nesta reunião do dia 04 de abril para apresentar pessoalmente este esclarecimento, mas por motivo de saúde não pude comparecer.” O sr. Presidente comentou que, por razões médicas, o Vereador Romeu não pode comparecer à reunião, assim como o Vereador Frederico. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou que os vereadores apresentem nomes para moções de aplausos até a última reunião de maio, sem prorrogação. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. Pronunciou-se o Vereador Arilson Neto Santos Freitas. O Vereador Arilson perguntou ao sr. Presidente da Câmara o motivo do ofício ao sr. Prefeito não ter sido enviado, pedindo a presença dele na Câmara para conversar sobre as reivindicações do Sindicato. O Vereador Rafael, Presidente da Câmara, respondeu que o desejo do Sindicato era que os projetos de leis fossem enviados, mas que no decurso dos dias os projetos de leis começaram a ser enviados à Câmara, de forma que a demanda mudou; disse que a vinda do Prefeito à Câmara não é obrigatória e um fato que nunca aconteceu, segundo ele soubesse. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.746, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, altera a lei 1.612/2018 e dá outras providências. Este projeto foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Logo após, foi lido o Requerimento nº 34, assinado por todos os vereadores presentes, que requer o envio do estudo da avaliação do percentual usado para a recomposição da perda remuneratória dos servidores. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, seguiram os vereadores com a palavra no grande expediente, pronunciando-se os Vereadores Jorge, Jair e Wellington sobre as ações de conscientização do Autismo realizadas no município. O Vereador Wellington se pronunciou sobre o aluguel social,

cujas famílias dependentes não podem ficar aguardando pelo pagamento; falou sobre a dificuldade das famílias de dois adolescentes para visitá-los em instituição de recuperação, apesar das solicitações do Conselho Tutelar; falou sobre as obras de reparo do Caps que ainda não aconteceram; comentou sobre os problemas de energia elétrica nas Ruas Francisco Clemente e Joaquim Alves de Araújo, onde as quedas de energia estão sendo constantes e causando prejuízos aos moradores, e sugeriu a elaboração de ofício dos vereadores à Energisa; citou a necessidade retirada dos detritos provenientes de limpezas que são feitas no no bairro Rosa Mística, pois a sua permanência entope bueiros e deixa o bairro sujo; parabenizou a Prefeitura pela limpeza da quadra do Rosa Mística e de outros lugares, mas citou a necessidade de retirar o material; trouxe pedido de moradores da Vila Antônio Dias quanto à necessidade de limpeza do mato alto aos fundos; lamentou a ausência de representantes do Executivo nesta sessão e pediu que o Presidente refaça o convite; comentou a ausência no site da Prefeitura das informações relativas às reuniões dos conselhos municipais; parabenizou a Secretaria de Saúde pela conferência municipal de saúde; parabenizou os servidores e o Sinsemrip que saíram vencedores na discussão dos projetos de hoje. O Vereador Rafael lamentou a presença de poucas pessoas vindo às sessões da Câmara; falou sobre a conferência municipal de saúde realizada com grande sucesso; parabenizou pelas ações realizadas a favor da conscientização do autismo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (04 de abril de 2019). A ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foi lida a seguinte correspondência recebida: a) prestação de contas da Associação Calor Humano, encaminhando relatório de atividades e financeiro. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. O sr. Presidente comunicou que o Executivo enviou as informações solicitadas pela Comissão de Legislação. As comissões de Legislação, Finanças e Educação designaram uma reunião para o dia vinte e seis de abril, dezessete horas, para analisar o projeto e as informações. O sr. Presidente disse que o Executivo enviou projeto na data de hoje, solicitou a leitura da mensagem e consultou ao Plenário se o mesmo poderia ser inserido na pauta de hoje. Por unanimidade o Plenário autorizou a inclusão do Projeto de Lei nº 1.750 na pauta de hoje. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; enquanto se aguarda informações. Em seguida, foi lida a Moção nº 24, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Alessandra das Dores Siqueira de Souza. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Moção nº 25, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Moção de aplausos ao Padre Emerson José da Silva; b) Moção nº 26, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Moção de aplausos a Tânia Maria Alves Menezes; c) Moção nº 27, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Moção de aplausos ao Bike Clube de Rio Pomba. Votadas individualmente, estas três moções foram aprovadas por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 329-3ª edição: construção de passeios e guarda-corpo; 2) Indicação nº 447: registro do “Bloco do Pinico” no patrimônio cultural; 3) Indicação nº 457: providências no bairro Santa Helena; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 188-3ª edição: guaritas em pontos de ônibus; 2) Indicação nº 196-3ª edição: passagem elevada para pedestres perto do ginásio; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 322-3ª edição: limpeza e recapeamento asfáltico na *Estação*; 2) Indicação nº 396-2ª edição: cascalhamento da Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 458: manutenção no calçamento da Rua Francisco Lucas Esteves; d) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 451: providências na quadra do Rosa Mística; 2) Indicação nº 453: recipiente para lixo na Rua Luiza Alvim; 3) Indicação nº 454: providências na estrada rural da comunidade de Boa Vista. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. O sr. Presidente solicitou o ofício enviado pelo Executivo em resposta ao Requerimento nº 34, da Câmara. Em seguida,

conforme prévia inscrição efetuada, convidou o Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip, para falar sobre reajuste anual dos servidores, estudo de insalubridade, projetos que precisam ser aprovados pela Câmara. O orador, Dr. Clóvis, pronunciou-se em continuidade aos assuntos abordados anteriormente, especialmente hoje sobre as informações prestadas, em última hora, relacionadas ao reajuste anual dos servidores; disse que os servidores estão revoltados com o reajuste diferenciado dado aos agentes políticos e aos servidores, valendo a máxima de que nem tudo que é legal é moral e vice-versa; disse que essa lei precisa ser mudar porque não é moral; sugeriu aos servidores fazer um abaixo-assinado pela mudança da regra de revisão salarial dos agentes políticos; disse que é preciso respeitar a classe de servidores que ganham um salário ou pouco mais porque são estes que fazem a cidade funcionar e o no dia em que cruzarem os braços a cidade para. O Vereador Rafael Vilela disse que o projeto está preparado para ser votado porque a Câmara não tem opção de fazer emenda. O Dr. Clóvis frisou que, pelo menos, obteve-se a informação sobre o cálculo do reajuste, ficando claro pelos números que o município não poderia dar esse reajuste, mas que também não poderia dar para os agentes políticos; disse que irá levar isso adiante na forma do abaixo-assinado pela revogação da lei. O Vereador Rafael Vilela disse que antes do abaixo-assinado é preciso ver a legalidade, porque se o Prefeito não tiver um índice básico será um pouco ilegal; disse que pode dar todo apoio ao abaixo-assinado, mas precisa consultar primeiro sobre a legalidade de ter um não um índice específico. O Dr. Clóvis disse que é simples, bastando que o índice seja o mesmo para servidores e agentes políticos, de forma que se um ficar sem aumento os outros também ficarão. O Vereador Wellington perguntou se existe a possibilidade do sindicato fazer outro caminho para tentar o reajuste maior; disse que quando o projeto veio com o reajuste de 3,43%, vem do Poder Executivo baseado nos estudos que eles fazem e muito antes dos servidores, por força de lei, de modo que os vereadores não têm o estudo do quanto será aplicado aos servidores; concordou com a alteração da lei e que não deixem o assunto morrer. O Vereador Rafael Vilela lembrou que em 2017 os agentes políticos não tiveram reajuste algum. O Dr. Clóvis disse que se ingressar no Judiciário contestando esse reajuste, serão apresentados os números que foram informados à Câmara e nenhum juiz vai mandar aumentar esse percentual, porque o Executivo está seguindo a lei, esta sim, que precisa ser mudada. O Vereador Maurílio disse que quem coloca o reajuste dos agentes políticos é a Mesa Diretora da Câmara e o coloca em votação, sem saber o que o Prefeito vai dar de aumento para os servidores; comentou que durante dois anos não foi dado reajuste algum para os agentes políticos e imaginou que por isso a Mesa Diretora apresentou o reajuste de 3%; disse que talvez através do abaixo-assinado sugerido pelo Dr. Clóvis possa haver mudança para que o reajuste seja igual. O Vereador Jorge disse que a Mesa Diretora compõe o projeto que dá a correção salarial dos agentes políticos e essa lei está garantida no princípio da anterioridade, por ser votada de uma legislatura para a outra; cabe ao Executivo tratar do reajuste dos servidores e que deveria haver também esse princípio da anterioridade para garantir o direito aos servidores; sugeriu que a Câmara aguarde o projeto com o reajuste do funcionalismo para aplicar o mesmo índice aos agentes políticos. O Dr. Clóvis disse que é exatamente isso que desejam; quanto ao estudo da insalubridade, disse que a

procuradoria municipal informou que irá enviar à Câmara, inclusive já havendo tentado por e-mail mas não conseguido pelo tamanho do arquivo; disse que já está designando uma data para que os engenheiros de segurança do trabalho do município e do Sinsemrip possam se encontrar e conversar sobre o estudo da insalubridade, sendo que oficiará sobre essa data para o dia seis de junho. Às vinte horas e quatorze minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou às comissões de Legislação (Jair, Frederico e Arilson) e de Finanças (Romeu, Frederico e Wellington) que emitissem o parecer verbal sobre o Projeto de Lei nº 1.745, da Mesa Diretora: Altera o *caput* do art. 6º da Lei nº 1.598/2018. Os pareceres de ambas as comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o Projeto de Lei nº 1.745 foi submetido à votação Plenária e aprovado por unanimidade. Após, passou-se à apreciação do Projeto de Lei nº 1.748, do Executivo – Substitutivo nº 01: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou às comissões de Legislação e de Finanças que emitissem o parecer verbal sobre o mesmo. Os pareceres de ambas as comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.748 – Substitutivo nº 01, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.749, do Executivo: Assegura aos profissionais do magistério municipal o piso nacional e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou às comissões de Legislação, Educação e de Finanças que emitissem o parecer verbal sobre o mesmo. Os pareceres das três comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.749, o qual foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Wellington apresentou o Requerimento nº 35, de sua autoria, para que o Chefe do Executivo forneça à Câmara Municipal informações detalhadas sobre as seguintes ações no combate à dengue no período de 2017 / 2018 e proporcional de 2019: 1) Cópia do relatório de notificações / autuações por região de todos os domicílios com foco de dengue; 2) Cópia do relatório de multas já aplicadas por região aos proprietários dos imóveis onde foram detectados focos de dengue. O sr. Presidente determinou a sua leitura. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, na mesma forma, o Vereador Wellington apresentou o Requerimento nº 36, de autoria dos Vereadores Wellington, Romeu, Arilson e Jair, para que o Chefe do Executivo forneça à Câmara Municipal as seguintes informações sobre a obra pública em andamento à Rua Péricles de Queiroz: a) fonte de custeio e valores totais previstos; b) prazo de realização; c) laudos e projeto do engenheiro responsável. O sr. Presidente determinou a sua leitura. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o sr. Presidente consultou e o Plenário dispensou a leitura do Projeto de Lei nº 1.750, do Executivo, que Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Foi lida a Emenda nº 01, Modificativa, ao referido projeto, assinada pelos Vereadores Wellington, Romeu, Jorge, Frederico e Jair. O Vereador Wellington falou sobre o objetivo da emenda. O sr. Presidente designou os Vereadores Arilson, Paulo e Maurílio para representarem as Comissões de Legislação e de Assistência, devido aos titulares estarem assinando como autores da emenda. Solicitadas a se manifestarem, ambas as comissões se concluíram favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.750 e à emenda apresentada. Então, o

sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01, Modificativa, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 1.750 e o mesmo foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Romeu Moreira alertou ao Presidente do Sinsemrip sobre o projeto da insalubridade, para que o técnico do sindicato fique atento ao mesmo porque será cortada a insalubridade de alguns servidores, devendo o mesmo ser analisado com carinho; como Presidente da Comissão, disse que convocará reunião com a diretoria do Sinsemrip para que possa votar com a consciência tranquila. O Vereador Wellington falou sobre o concurso público que está vencendo; comentou sobre a necessidade de manutenção da sede do Caps; cobrou a inexistência dos dados dos conselhos constituídos, apesar de ser instituído em lei municipal; cobrou o andamento da revisão do código de posturas; comentou sobre a situação de menores que estão reclusos em Sete Lagoas e cujas famílias estão em dificuldade para visitá-los, sem apoio da Prefeitura na concessão do veículo; falou sobre a necessidade de limpeza do terreno do almoxarifado municipal; relatou sobre a presença de material de obra deixado pela Prefeitura em lugares da Rua Dr. Bruno José Gonçalves, contrariando o código de posturas. O Vereador Rafael Vilela disse que a partir de maio a comissão voltará a se reunir sobre a reformulação do código de posturas; falou do seu empenho no dia de hoje para que as informações sobre o reajuste do funcionalismo fossem enviadas à Câmara; relatou a necessidade da fabricação de novas lixeiras e reparos nas existentes, assim como os bairros Sol Nascente e *São Francisco* precisam da reforma nos bloquetes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do dia dois de maio de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (22 de abril de 2019). A ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Ofício nº 02, encaminhando o edital de eleição dos conselheiros tutelares; b) Ofício nº 03, prestação de contas da Associação Calor Humano; c) Ofício nº 64, do Judiciário, divulgação de convocação para biometria. Estando sob análise das comissões, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. Igualmente permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”. Em seguida, foi lida a Moção nº 23, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Antônio Leite Filho. O autor falou sobre a sua proposta. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 28, do Vereador Frederico Senra Condé: Moção de aplausos a Quételis Martiria Alzira Batista. O autor e o Vereador Rafael falaram sobre a proposta. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 464: conserto de bueiro na esquina da Rua Dr. Queiroz; 2) Indicação nº 465: manutenção de pontes secas; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 456: recapeamento asfáltico das ruas do bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 460: manutenção da estrada principal do Bomjardim; 3) Indicação nº 461: providência em estrada rural de Mendes; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 459: redutores de velocidade na Rua Leônidas Marota; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 362-2ª edição: calçamento em final de rua; 2) Indicação nº 378-2ª edição: patrolamento zona rural de Mendes; e) Rafael Vilela Martins, Jair de Paula Coelho e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 18/2017-3ª edição: providências no bairro *Estação* – retirada do transbordo. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Assunto que recebeu bastantes solicitações de divesos vereadores foi a necessidade da manutenção das estradas rurais das diversas regiões. Às vinte horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente. O Vereador Arilson agradeceu ao Secretário de Obras, Geraldo, pela reforma da canaleta da Rua Cel. José Furtado de Mendonça e também a capina da citada rua e da Francisco Lucas Esteves; disse que ele e Jair aguardam pela limpeza do local do transbordo. O Vereador Jair falou sobre a necessidade de manutenção do caminhão coletor de lixo, cujo atraso se deve à demora da empresa licitada; quanto aos demais caminhões da frota também foi solicitada atenção para os consertos. O Vereador Wellington falou sobre sua presença em evento na cidade de Viçosa, em reunião ampliada do Polo

Agroecológico da Zona da Mata promovido pelo CTA; sugeriu que seja feita uma campanha de conscientização advertindo sobre a responsabilidade dos pacientes que marcam consulta pela Secretaria de Saúde e simplesmente não comparecem no dia da viagem; falou sobre a questão do retorno da equipe de limpeza de córregos à atividade e também da patrulha rural; comentou sobre a previsão da Lei Orgânica de se instituir o Conselho Orçamentário, solicitando à Comissão de Finanças que encaminhe ao Executivo a solicitação para essa composição; lembrou do envio de vinte mil reais pelo Governo do Estado para o combate à dengue, e da necessidade dos cidadãos fazerem a sua parte; comentou sobre o Maio Amarelo, mês de ações pela conscientização do trânsito, quando a Comissão de Educação da Câmara fará evento no dia dezessete; pediu ao Presidente da Câmara que cobre do Executivo a divulgação das datas de reuniões dos conselhos conforme lei municipal; falou sobre o rodízio de vacinação; ao Vereador Frederico, pediu que interceda pela cessão das escolas do Bom Jardim e do Monte Alegre para uso de entidades dedicadas à agricultura familiar; sugeriu a elaboração de um documento único envolvendo os municípios vizinhos, pela manutenção do funcionamento da AF – Administração Fazendária, em Rio Pomba; relatou o acontecimento de novo evento na comunidade do Lindo Vale sem qualquer fiscalização, exceto a presença da Polícia Militar, com muitos menores de idade alcoolizados; falou sobre os ativos recebidos pela assinatura do contrato com a Copasa, que precisam ser informados à Câmara se já foram usados; comentou sobre a caminhonete da Prefeitura, que faz transporte de funcionários, e precisa de reforma para transporte digno dos funcionários. O Vereador Jair também lamentou a festa realizada no Lindo Vale; parabenizou pela prestação de contas da Associação Amor Exigente, que este ano ainda não recebeu a subvenção; falou do descaso com a Rua Dr. Bruno José Gonçalves com a presença de restos e materiais de obras deixadas pela empresa que realizou a obra. O Vereador Rafael citou que acontecerá na Câmara o encerramento da Semana do Produto Orgânico, no dia trinta e um de maio, pelo Instituto Federal; citou que visitou o líder do PCdoB em Belo Horizonte e conseguiu a liberação de R\$200.000,00 destinados à aquisição de veículo até 50 mil reais e 150 mil reais para equipamentos diversos da área da saúde. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezois de maio de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (02 de maio de 2019). A ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Convite do Secretário de Meio Ambiente, dia 22 de maio, filme Caminho do Mar; b) carta de Wilson (Cicinho) do Panorama; c) Ofício 196, do Prefeito, respondendo ao Requerimento nº 36. Estando sob análise das comissões, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. O Vereador Wellington disse que o autor manteve contato com o Executivo e poderia repassar o que ficou entendido, de modo que possivelmente as comissões poderiam emitir o parecer verbal. O Vereador Jorge consultou se havia o parecer jurídico e o sr. Presidente respondeu que sim. O Vereador Paulo Henrique disse que o Executivo garantiu que vai manter os seis estagiários, não havendo problema algum, de modo que ele não vê motivos para ficar barrando o projeto. O Vereador Jorge comentou que o projeto é de grande alcance social, mas ficou acordado de mudar o texto, apesar de não se opor a arrematá-lo hoje. O Vereador Wellington disse que a Comissão de Educação propôs a alteração do art. 5º e achou interessante avaliar essa alteração. O Vereador Jair sugeriu estudar uma melhoria do texto do projeto para evitar problemas futuros, para que nem a Prefeitura fique obrigada a pagar a bolsa e o aluno não seja obrigado a prestar o estágio. O autor concordou com a tramitação e o sr. Presidente assim determinou. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”. O Vereador Wellington comentou que houve uma reunião com o médico do trabalho e as comissões estão aguardando a elaboração do estudo. Em seguida, foi lida a parte inicial do Projeto de Lei nº 1.751, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências. O sr. Presidente consultou e o Plenário dispensou a sua leitura integral, tendo em vista que o mesmo é extenso e ainda haverá a audiência pública onde o mesmo será explicitado; o sr. Presidente abriu o prazo regimental de quinze dias para a apresentação de emendas e o projeto seguiu tramitando. Registre-se a presença do Prefeito da cidade vizinha de Mercês, Donizete Barbosa de Oliveira, e do Secretário Municipal, Tomás. O Vereador Wellington pediu ao sr. Presidente que officie à Rádio Jovem Rio para que seja comunicada sobre a audiência pública e também em motossom. O Vereador Jorge pediu que seja enviado o inteiro teor para o e-mail dos vereadores. O sr. Presidente disse que solicitará um espaço na rádio para que a LDO seja comentada ao público. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 346, da Mesa Diretora: Altera o art. 165 da Resolução nº 311/2016-Regimento Interno da Câmara, com referência aos dias de sessões ordinárias. Os Vereadores

Jorge e Wellington se manifestaram favoráveis à sua votação ainda hoje, porém, o Vereador Arilson pediu a sua tramitação. Então, o sr. Presidente determinou a tramitação da proposição e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação, designando substitutos para os autores-membros, ficando a mesma composta pelos Vereadores Wellington, Frederico e Jorge. Após, foi lida a Moção nº 29, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos ao Tenente João Victor Tortura Pereira. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lida a Moção nº 30, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos a Demétrius Carvalho de Oliveira. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, foi lida a Moção nº 31, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos a Rosane Coutinho Ferraz. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 32, do Vereador Jair de Paula Coelho: Moção de aplausos ao Encontro de Jovens com Cristo - EJC. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 33, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos a Edilson Costa Reis. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. A Mesa Diretora propôs e o Plenário autorizou, referendando com a assinatura de todos os vereadores, a Moção nº 34: Moção de aplausos a José Flávio Lima. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira Batista propôs e o Plenário autorizou a apresentação da Moção nº 35: Moção de aplausos a Sebastião dos Reis. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Os autores comentaram suas moções antes das votações. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 466: manutenção do calçamento da Rua Major Olímpio Moreira; 2) Indicação nº 469: manutenção nos bloquetes da Rua Vereador Luiz Luiz; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 462: captação de águas na Vila Antônio Dias; 2) Indicação nº 467: cessão de terreno municipal para construção de novo fórum; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 471: asfaltamento da Rua Casuarina e seguimento; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 248-3ª edição: regularização fundiária do *Mutirão*; 2) Indicação nº 400-2ª edição: implantação de bueiros inteligentes; 3) Indicação nº 449: coleta seletiva de lixo; e) Jorge L. M. Soares, Jair P. Coelho, Frederico S. Condé: 1) Indicação nº 468: limpeza do antigo matadouro municipal. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente. O Vereador Arilson falou sobre a necessidade de limpeza das canaletas do bairro Rosa Mística, que foram feitas há dois anos por ele e os moradores; sobre o processo seletivo, torceu para que os novos admitidos se esforcem na limpeza pública e pediu atenção ao bairro Rosa Mística; falou sobre a necessidade de realizar tapa-buracos na *Pedreira e Estação*; o bairro Santa Helena que precisa da colocação de areia no calçamento para levantá-lo; lixeira na Vila Ernestina; designação de médico para UBS do bairro Sol Nascente, enquanto dura a licença da Dra. Gracinele. O Vereador Romeu comentou que o término do reparo do asfaltamento da Rua Péricles de Queiroz está aguardando a conclusão da licitação. O Vereador Wellington lamentou a ausência de representante do Executivo; elogiou a limpeza do terreno do almoxarifado e das Casas Populares, assim como a revitalização da praça da

rodoviária; agradeceu pela Fábrica de Memórias, de Assuero, que reproduziu memória alusiva à Apae em 1997; lembrou da importância da vacinação e comentou as estatísticas que apontam o surgimento de focos de dengue no centro da cidade; lembrou audiência do Maio Amarelo, amanhã, 18h30min, na Câmara; comentou sobre a audiência ocorrida ontem, na Câmara, em manifesto ao corte de verbas federais da Educação; sobre a comunidade da Boa Vista, disse haver recebido ação coletiva dos moradores reivindicando a melhoria da estrada. Em aparte, o Vereador Maurílio disse que a comunidade é conhecida com Cachoeira dos Gonçalves, e que já havia feito essa indicação; parabenizou o Secretário e o Prefeito pelo serviço que está ficando bom. Com a palavra novamente, o Vereador Wellington relatou o atraso no pagamento dos funcionários contratos, a cargo da empresa Viçoserv; comentou novamente sobre a reforma do Caps, cuja dificuldade é o tempo de garantia da empresa, que não atua mais, de modo que a Prefeitura deva arcar com a manutenção do prédio; perguntou se existe reunião para seguir a reforma do Código de Posturas. O Vereador Jair disse que parte do material deixado na Rua Dr. Bruno José Gonçalves foi retirado para uso, mas ainda tem os tambores e brita; parabenizou a todos que participaram do ato realizado ontem e disse que todos precisam estar envolvidos em defesa da Educação. O Vereador Jorge também se pronunciou a favor da manifestação realizada. O Vereador Romeu também apoiou o protesto realizado; elogiou a administração municipal por estar conduzindo o município tão bem diante da crise financeira, com pagamentos em dia, economia de combustível, controle de frota etc; disse que a zona rural em geral está com problemas nas estradas, mas foi montada uma equipe para trabalhar nas regiões e chegou a chuva, prejudicando os trabalhos; disse que o Secretário de Obras é competente e dinâmico. O Vereador Rafael comentou a participação de alguns vereadores no encontro da Associação Mineira de Municípios – AMM, em defesa dos municípios; convidou a todos para o evento de amanhã, Maio Amarelo, alusivo ao trânsito. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quadragésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia seis de junho de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (16 de maio de 2019). A ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foi lida a seguinte correspondência recebida: a) Ofício nº 216, do Executivo, sobre a data de reunião da comissão de revisão do Código de Posturas. O sr. Presidente convidou a todos os vereadores a comparecerem. A respeito do horário de funcionamento de bares e apresentações musicais, disse que nessa comissão de revisão é que se trata do assunto, assim como tantos outros relativos às posturas; comentou que se a Câmara der iniciativa no assunto o projeto poderá ser rogado inconstitucional. O Vereador Wellington disse fazer parte da comissão que está tratando da revisão; lembrou que há mais de um ano a questão do horário de funcionamento das casas de shows vem sendo debatido sem produzir nada de concreto, e agora o tema volta à Casa para ser solucionado na revisão do Código de Posturas, restando esperar que não demore mais um ano. O Vereador Jair disse ser necessário haver bom senso para atender da melhor forma às partes interessadas e lembrando que o código abrange vários assuntos. O Vereador Jorge reforçou as palavras do Vereador Jair, disse que se fica ansioso por resolver os assuntos, que é preciso haver diversão mas também ver a outra parte. Passando às proposições, foi lida a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15: Altera a redação do parágrafo único do art. 150 incluindo direito ao transporte coletivo para as pessoas com deficiência. Esta proposição seguiu tramitando e o sr. Presidente a encaminhou para análise da Comissão de Legislação, que ficou designada pelos membros Arilson, Maurílio e Jorge, em substituição aos titulares. O Vereador Wellington disse que o objetivo é inserir na próxima licitação a gratuidade do transporte às pessoas com deficiência. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”. O sr. Presidente disse que aguarda o estudo da insalubridade a ser enviado pelo Executivo. Igualmente tramitou o Projeto de Lei nº 1.751, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências. O sr. Presidente o encaminhou à Comissão de Finanças e comunicou que na próxima sessão ordinária haverá a audiência pública. O Vereador Wellington colocou dois ofícios para assinatura de todos os demais, relacionados ao não fechamento da unidade da Administração Fazendária de Rio Pomba e também sobre a designação de Delegado de Polícia em substituição ao Dr. Gabriel, que está para ser nomeado para outro cargo público. O sr. Presidente consultou se a Comissão de Legislação está apta a se manifestar sobre o Projeto de Resolução nº 346. O Vereador Arilson pediu a tramitação desse projeto; disse ser contrário ao mesmo porque tem um compromisso às segundas-feiras com o Terço dos Homens. Então, permaneceu tramitando o Projeto de Resolução nº 346, da Mesa Diretora: Altera o art. 165 da Resolução nº 311/2016-Regimento Interno da Câmara, com referência aos dias de sessões ordinárias. Seguindo os trabalhos, foi lido

o Requerimento nº 37: requer informações sobre as ações da vigilância sanitária. O Vereador Wellington comentou sobre os objetivos deste requerimento, comentando, sobre o trabalho de orientação dos estabelecimentos comerciais e especialmente sobre a situação dos quiosques da Praça Alcides Marangon Macedo, que não têm funcionado com a devida limpeza e higiene. O Vereador Romeu questionou se a limpeza cabe a um ou aos dois quiosques. O Vereador Wellington disse ser necessário o contrato para se obter esses detalhes. Colocado em votação, o Requerimento nº 37 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 486: limpeza e dedetização de parte do parque de exposições; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 475: providências em trecho da Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 476: limpeza de terrenos no loteamento Jardim São Luís; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 463: Programa Pró-Criança; 2) Indicação nº 481: providências no calçamento e meio-fio da Serrinha; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 478: redutor de velocidade na Rua Cel. Francisco Vieira; e) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 483: implantação de sistema de transbordo; 2) Indicação nº 484: melhoria das acomodações do PSF6; 3) Indicação nº 485: construção de passeios no Distrito Industrial; f) Jair de Paula Coelho e Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 470: faixa de travessia de pedestres na rodovia MG-133 – bairro Rosa Mística; g) Vereadores: 1) Indicação nº 477: instalação de academias ao ar livre em comunidades rurais. No pequeno expediente os oradores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e cinquenta e três minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 28, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei nº 1.744; b) Parecer nº 07, da Comissão de Educação: Projeto de Lei nº 1.744; c) Parecer nº 12, da Comissão de Finanças: Projeto de Lei nº 1.744. A seguir, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.744, do Vereador Paulo Henrique: Revoga dispositivos e altera o anexo único da Lei nº 1.299, que Dispõe Sobre a Criação do Programa de Apoio ao Transporte Estudantil no Ensino Superior/Técnico e Dá Outras Providências. O sr. Presidente comentou sobre o objetivo do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.744 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Jair falou da necessidade de consertar os veículos da Prefeitura que fazem o trabalho de manutenção das estradas rurais; para o bairro Santa Isabel e Rua Ângelo do Carmo, recapeamento asfáltico. O Vereador Wellington falou sobre os trabalhos de revisão do Código de Posturas, que reiniciarão no dia quatorze próximo, sobre o que ele dará pleno conhecimento aos cidadãos pelas redes sociais; sobre as apresentações artísticas e musicais, teceu comentários sobre a necessidade de atualizar a legislação, inclusive a federal. O Vereador Jair disse que precisa haver consenso para adequar os limites, como os decibéis, a uma forma possível de se realizar; comentou sobre a necessidade de se fazer uma audiência pública com a população. O Vereador Wellington continuou falando sobre a necessidade de reformar a sede do Caps, cuja empresa construtora não existe mais, disse possuir uma dica para resolver a questão financeira, mas que espera a Prefeitura lhe pedir essa dica; importância da vacinação contra gripe; parabenizou a Prefeitura pela manutenção das estradas da Cachoeira dos Gonçalves; parabenizou pela redução dos

focos de dengue; comentou sobre o processo seletivo dos auxiliares de serviços gerais e da necessidade dos contratados realmente prestarem o serviço de limpeza das ruas e não sejam colocados em serviços burocráticos; falou sobre o serviço de transporte de escória, a qualidade do material e a aplicação na zona rural. O Vereador Romeu agradeceu pelo Vereador Wellington ouviu o seu conselho e aguardou para se manifestar sobre o cascalhamento das estradas. Os Vereadores Maurílio, Jair e Rafael também comentaram sobre o serviço na zona rural. O Vereador Rafael agradeceu ao ex-Deputado Wadson Ribeiro pela liberação de recursos no valor de duzentos mil para a compra de veículo e equipamentos de saúde; comentou sobre a ponte próxima ao laticínios Linda Nata, que precisa de uma mobilização conjunta entre as cidades de Tabuleiro e Rio Pomba; falou da luta pela atualização do Código de Posturas; parabenizou a presença da TV Rio Pomba. Tendo em vista que a próxima sessão ordinária incidirá no feriado de Corpus Christi, vinte de junho, o sr. Presidente consultou o Plenário e a sessão ficou antecipada para o dia dezoito de junho; comentou que na próxima segunda-feira a vacina contra a gripe estará disponível a todos os cidadãos; comentou sobre a rede de esgoto do bairro Sol Nascente. O Vereador Wellington falou sobre as creches, que em 2020 serão priorizadas as crianças de mães que trabalham. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinquagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (06 de junho de 2019). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Conforme solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Saúde, o sr. Presidente convidou a comparecer ao plenário o sr. Gilberto dos Santos, titular da pasta mencionada, para apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (janeiro a abril/2019). Assim se iniciou a audiência com a apresentação de dados e comentários do sr. Secretário de Saúde, que foi auxiliado pela sra. Verônica de Paula de Almeida; houve a participação dos vereadores com comentários e perguntas. Encerrada a apresentação, o sr. Presidente convidou o Secretário Municipal de Governo e Planejamento, André Luiz Senra Condé, representando o Executivo Municipal, para a audiência pública de apresentação do Projeto de Lei nº 1.751 – LDO 2020. Durante a audiência houve perguntas e debates com os vereadores. Passando às proposições, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística. O sr. Presidente disse que colocaria em votação o regime de urgência desta proposição para que a mesma pudesse ser votada ainda hoje. O Vereador Romeu Moreira Batista solicitou a tramitação do projeto considerando que a entidade já possuiu o título de utilidade pública e o mesmo foi revogado, desejando fazer uma melhor análise. O Vereador Wellington Ferreira de Souza comentou que o Vereador Romeu apenas deseja entender mais sobre a atual diretoria, sem nenhuma suspeição com relação ao atual Presidente. O sr. Presidente disse que colocaria em votação o pedido de vistas do Vereador Romeu. O Vereador Jorge lembrou que o regime de urgência compreende o prazo de quarenta e cinco dias. O Vereador Romeu disse que possivelmente algum vereador tenha um esclarecimento para tirar as dúvidas. O Vereador Jair disse que a associação não atenderá somente ao bairro Panorama e, como Secretário, fez a leitura dos nomes da atual diretoria. O Vereador Romeu pediu a tramitação e o Vereador Jorge apoiou o pedido porque o projeto está no prazo de tramitação. Assim, o Projeto de Lei nº 1.752 permaneceu tramitando e disse que, se necessário, pode ser feita uma sessão extraordinária. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 190, da Mesa Diretora: Fixa o número de vereadores à Câmara Municipal de Rio Pomba. O Vereador Jorge comentou que é um projeto de praxe e não se está aumentando o número de vereadores para o próximo pleito. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, que ficou composta pelos Vereadores Romeu Moreira Batista, Wellington Ferreira de Souza e Jorge Luís Martins Soares. O parecer da comissão foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente o remeteu à ordem do

dia desta sessão. Após, foi lido o Requerimento nº 38, do Vereador Wellington F. Souza: requer informações sobre os valores pagos à categoria de motoristas. O autor comentou sobre a sua proposição. Colocado em votação, o Requerimento nº 38 foi aprovado por unanimidade. Após, o Vereador Jair de Paula Coelho, Presidente da Comissão de Legislação, solicitou a inclusão na pauta do Requerimento nº 39: requer informações sobre o conselho orçamentário previsto na Lei Orgânica. O sr. Presidente recebeu o requerimento e o colocou em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 489: providências no trânsito do bairro Nossa Senhora das Graças; 2) Indicação nº 490: captação de águas pluviais na Travessa Raimundo Furtado; 3) Indicação nº 491: redutor de velocidade no trevo; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 499: restrição de parada e estacionamento em trecho do bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 500: desentupimento de manilhamento nas Candongas; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 480: apoio para patrulha rural da Polícia Militar; 2) Indicação nº 487: capina na Av. Djanira Lucas Esteves; 3) Indicação nº 488: instalação de unidade do Corpo de Bombeiros; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 493: atendimento médico em Unidade de Saúde da Família; 2) Indicação nº 494: conserto em rede sanitária; 3) Indicação nº 495: pontos de saída do transporte sanitário; e) Wellington F. Souza: 1) Indicação nº 496: manutenção na estrada rural de Bomjardim de Cima; 2) Indicação nº 497: adoção da cor verde no mês de julho; 3) Indicação nº 498: transporte dos pacientes em tratamento fora domicílio. No pequeno expediente os oradores inscritos falaram sobre as indicações e projetos. Às vinte e uma horas e cinquenta e seis minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 1.751, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências. O parecer da Comissão foi pela aprovação do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.751, que foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação ao Projeto de Resolução nº 346, da Mesa Diretora: Altera o art. 165 da Resolução nº 311/2016-Regimento Interno da Câmara, com referência aos dias de sessões ordinárias. O Vereador Arilson pediu vistas da proposição pelos motivos já expostos na sessão anterior e que os vereadores levassem em consideração os seus motivos. O sr. Presidente então colocou o pedido de vistas do Vereador Arilson, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 346. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15: Altera a redação do parágrafo único do art. 150 incluindo direito ao transporte coletivo para as pessoas com deficiência. O parecer da Comissão, composta pelos Vereadores Arilson, Maurílio e Jorge, foi pela legalidade. Então, o sr. Presidente colocou em primeiro turno de votação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15, obtendo-se sua aprovação por unanimidade em primeiro turno. O Vereador Wellington disse que na próxima sessão apresentará emenda ao projeto de lei da insalubridade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Wellington comentou que ainda não recebeu as informações requisitadas sobre o serviço de vigilância sanitária, embora os relatórios apresentados

pelo Secretário, Gilberto dos Santos, tragam esses dados, tendo então como respondido; pediu que a Mesa Diretora se pronuncie sobre as propostas de emendas do advogado do Sinsemrip sobre o projeto da insalubridade. O Vereador Jair informou que as propostas de emendas foram encaminhadas para análise do assessor jurídico da Prefeitura. O Vereador Wellington prosseguiu dizendo que fez ofício à Secretaria de Assistência sobre o número de pessoas com deficiência cadastradas; relatou sobre o acidente acontecido no semáforo da avenida; comentou sobre a situação da calçada da residência do sr. Rogério, pedindo à Comissão de Obra que verifique sobre a providência que precisa ser tomada pela Prefeitura; lamentou o falecimento da sra. Cléia e da sra. Conceição. O Vereador Jorge lamentou o falecimento do sr. Didino Homem, e também as citadas pelo Vereador Wellington. O Vereador Romeu disse que o sr. Prefeito lhe informou que nas próximas semanas está vendo sobre a reforma da calçada. O Vereador Wellington lamentou que o município não esteja reconhecendo a situação das famílias que têm filhos acautelados em Sete Lagoas; comentou sobre festival cultural que aconteceu na cidade de São João Nepomuceno que poderia ser trazido a Rio Pomba; fez comentário sobre as vitórias da Seleção Brasileira de Futebol Feminina. O Vereador Romeu Moreira comentou sobre o projeto de lei que propõe o título de utilidade pública à Associação Rosa Mística; disse que o ex-presidente da entidade fez pagamento de despesa de seu carro participar com recursos da associação, sendo este o motivo do seu questionamento, sem ter nada contra a atual diretoria; disse que gostaria de aprofundar mais sobre como ficou essa situação para saber se a entidade pode voltar à ativa. O Vereador Jorge sugeriu que a Assessora Jurídica verifique junto ao Judiciário sobre a situação. O Vereador Romeu disse que há tempo para contemplar a entidade no orçamento municipal que será encaminhado à Câmara apenas em setembro. O Vereador Jair também comentou sobre as vitórias da Seleção Feminina e ressaltou a desigualdade existente entre os sexos; lamentou o falecimento do sr. Didino e da dona Cléia; lamentou que o cronograma de obras das estradas rurais não esteja sendo seguido, dando a entender que não existe cronograma, mas sim prioridade de acordo com a necessidade. O Vereador Romeu concordou com o Vereador Jair e o Vereador Maurílio disse que realmente o serviço não está sendo concluído. O Vereador Rafael lembrou que nesta sexta-feira, 19 horas, acontecerá a sessão solene de homenagens. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e quinze minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara Municipal os Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Jorge Luís Martins Soares, Jair de Paula Coelho, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; o sr. Presidente, Rafael Vilela Martins, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de moções de aplausos, tratando-se das seguintes personalidades: Alessandra das Dores Siqueira de Souza, Antônio Leite Filho, Bike Clube, Demétrius Carvalho de Oliveira, Edilson da Costa Reis, Padre Emerson José Silva, Encontro de Jovens com Cristo – EJC, Tenente PM João Victor Tortura Pereira, José Flávio Lima, Quételis Martiria Alzira Batista, Rosane Coutinho Ferraz, Sebastião dos Reis e Tânia Maria Alves Menezes, que nesta sessão foi representada por sua filha Nádia Menezes. Foram convidados para os lugares de destaque as seguintes autoridades: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes - Vice-Prefeita de Rio Pomba, Tenente PM João Victor Tortura Pereira, Comandante do 4º Pelotão PM, e Viviane Gomes Vieira, Secretária Municipal de Educação. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro e uma apresentação municipal do grupo do EJC. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados e entregues as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados. A sra. Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes também se congratulou. Após, os homenageados puderam se manifestar em agradecimentos. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e três minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (24 e 28 de junho de 2019). As atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Passando às proposições, permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.753, Vereadores Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Ficam as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano do município de Rio Pomba obrigadas a realizar desembarque de mulheres, idosos e deficientes físicos fora dos locais de parada preestabelecidos, em período noturno. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação (Paulo foi substituído por Frederico); b) Obras e Serviços (Wellington foi substituído por Frederico). Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.755, Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que menciona. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.756, Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. O autor falou sobre o projeto. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Obras e Serviços (Wellington foi substituído por Jorge). Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 347, Presidente da Câmara: Altera a Resolução nº 293/2012, que regulamente o sítio oficial da Câmara Municipal de Rio Pomba com relação ao domínio. O Sr. Presidente sugeriu que a Câmara vote ainda hoje para diminuir o volume de projetos. O Vereador Jorge, da Comissão de Legislação, apoiou. Em se tratando de objetivo simples, o Plenário unanimemente concedeu a dispensa de prazos e interstícios de tramitação, de forma que o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação. Esta, por sua vez, opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente o remeteu à ordem do dia desta sessão. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 348, Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2020 (R\$1.853.000,00). O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Finanças (Jair foi substituído por Wellington). Após, foi lido o Requerimento nº 40, Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: requer informações sobre os gastos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura. O Vereador

Wellington falou sobre a sua proposição. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 41, Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Requer informações sobre o funcionamento da área azul. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 42, Wellington F. de Souza e Romeu M. Batista: Requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre os dados de cobertura vacinal do município. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 43, Wellington Ferreira de Souza: Requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre as ações jurídicas referentes a situação deteriorada da sede do Caps. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Jair de Paula Coelho solicitou ao sr. Presidente a apresentação de um requerimento pedindo informações ao Executivo sobre gastos com motossom, conforme informações que ele recebeu em reunião do Conselho Municipal de Saúde. O sr. Presidente pediu que esses requerimentos sejam sempre redigidos antes da reunião. Então, foi redigido o Requerimento nº 44: requer informações sobre despesas de motossom. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente disse que o Executivo enviou nesta data um projeto de lei denominando quadra poliesportiva que será inaugurada em breve; consultou o Plenário sobre a possibilidade de colocar o projeto em tramitação. O Plenário unanimemente autorizou a tramitação. Então, foi lido o Projeto de Lei nº 1.757: Denomina próprio público com o nome de José Satiro da Silva a quadra poliesportiva que menciona. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, sendo que o parecer da comissão foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente o remeteu à ordem do dia desta sessão. A pedido do Vereador Wellington, o sr. Presidente solicitou ao Secretário a leitura da apuração dos votos. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 209-2ª edição: manilhamento de esgoto na Serrinha; 2) Indicação nº 492: Programa Nacional de Habitação Rural; 3) Indicação nº 503: regulamentação de diárias aos motoristas; b) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 509: Grades nos bueiros do Distrito Industrial; c) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 506: promoção de atividades nas quadras poliesportivas; d) Wellington Ferreira de Souza e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 504: mudança de pontos de ônibus; 2) Indicação nº 508: alterações na Lei nº 1.487/2014-Zona Azul. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e cinquenta minutos, aberta a Ordem do Dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação, composta pelos Vereadores Arilson, Maurílio e Jorge, acerca da legalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15. O parecer foi favorável. Então, o sr. Presidente colocou em segundo turno de votação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15: Altera a redação do parágrafo único do art. 150 incluindo direito ao transporte coletivo para as pessoas com deficiência. A proposta foi aprovada por unanimidade. Continuando os trabalhos, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação acerca do Projeto de Resolução nº 346, da Mesa Diretora: Altera o art. 165 da Resolução nº 311/2016-Regimento Interno da Câmara, com referência aos dias de sessões ordinárias. Colocado em discussão, o Vereador Wellington disse ficar num impasse diante do que foi exposto pelo

Vereador Arilson, mas na sua posição vota favorável ao projeto, contando com a compreensão do Vereador Arilson. O Vereador Arilson sugeriu trocar o horário de dezenove para dezoito horas. O Vereador Maurílio opinou para continuar às quintas-feiras. O Vereador Frederico perguntou se mudar para dezoito horas atende à necessidade do Vereador Arilson. O Vereador Arilson disse preferir a quinta-feira e, se mudar para dezoito horas da segunda-feira, votará pela quinta-feira. O Vereador Wellington perguntou qual foi a motivação inicial da Mesa Diretora. O sr. Presidente disse que é uma data que atende à maioria dos Vereadores, ao fechamento da pauta na sexta-feira e a existência do decurso da semana para o envio dos expedientes, mas o Vereador Arilson apresentou a sua posição, sendo ideal entrar em um consenso. O Vereador Romeu concordou na segunda-feira, dezoito horas, se o Vereador Arilson for votar a favor; caso contrário, que continue dezenove horas. O Vereador Arilson concordou com o horário de dezoito horas às segundas-feiras. Diante desse debate, a Mesa Diretora apresentou duas emendas ao Projeto de Resolução nº 346, uma alterando o horário de dezenove para dezoito horas, e outra para que a resolução entre em vigor na data de sua publicação. O parecer da Comissão de Legislação, composta pelos Vereadores Wellington, Frederico e Jorge, foi favorável ao projeto e às emendas. Assim, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 346 e as duas emendas, sendo todos aprovados por unanimidade. Ato contínuo, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 347, Presidente da Câmara: Altera a Resolução nº 293/2012, que regulamente ao sítio oficial da Câmara Municipal de Rio Pomba com relação ao domínio. Este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.757: Denomina próprio público com o nome de José Satiro da Silva a quadra poliesportiva que menciona. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Os Vereadores se congratularam com os familiares presentes. O Vereador Arilson aproveitou para cobrar a colocação de placa com o nome do ex-Vereador Antônio Roque na Vaca Mecânica. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Arilson disse que está acontecendo algo entre os secretários da Prefeitura, o que está causando a paralização dos veículos da Secretaria de Obras por falta de manutenção, com todos os caminhões quebrados. O Vereador Jorge sugeriu a apresentação de requerimento, já que tanto o Vereador Arilson quanto a população estão reclamando. O Vereador Jorge disse que certamente não é falta de recursos financeiros, já que o Prefeito está gerindo bem o município. O Vereador Arilson sugeriu que três vereadores conversem com o sr. Prefeito. O sr. Presidente sugeriu uma vista da Comissão de Obras. O Vereador Jorge sugeriu tanto um requerimento escrito quanto a visita dos vereadores. O Vereador Romeu disse parecer estar havendo uma falta de cooperação do funcionário responsável pela aquisição de peças, pois esse processo que está demorando muito. O Vereador Maurílio disse que o Secretário de Obra já lhe solicitou intermediação ao Prefeito para resolver a demora na compra de peças. O Vereador Romeu parabenizou ao Secretário de Obras, Geraldo, pela manutenção nas estradas rurais, mas que ele precisa de maquinários para trabalhar; apoiou que se faça o requerimento mas também uma conversa com o sr. Prefeito. O Vereador Jorge apoiou as palavras do Vereador Romeu com relação ao bom trabalho realizado pelo Secretário de Obras. O

Vereador Jair sugeriu de se convocar os responsáveis para virem à Câmara explicar o que está acontecendo. O Vereador Romeu disse que inicialmente o assunto deve ser levado ao Prefeito. O Vereador Arilson sugeriu que a Câmara vá ao sr. Prefeito e também se faça o requerimento, e comentou que o Secretário de Obras quer trabalhar, mas sem carros não tem jeito. Conforme o debate ocorrido, foi redigido o Requerimento nº 45: requer informações sobre a manutenção da frota de veículos, o qual foi assinado por todos os vereadores. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Jair disse novamente que se deveria fazer uma reunião com a presença do Secretário Geraldo e do funcionário responsável pela compra de peças, ainda que não seja na Câmara. O Vereador Romeu sugeriu que primeiro se converse com o Prefeito, informando que se nada for feito se convocará os funcionários. O Vereador Wellington lamentou que o Secretário de Obras não tenha a devida autoridade com os seus subordinados; solicitou que seja fornecida através do requerimento uma listagem dos veículos com problemas e as peças necessárias; concordou com o Vereador Jair; sugeriu que a Comissão de Obras convoque os funcionários para uma reunião fechada. O Vereador Arilson sugeriu que o asfalto que será adquirido seja usado na manutenção das ruas do bairro Estação. O Vereador Romeu pediu que o Vereador Arilson verifique uma fossa que está correndo a céu aberto no loteamento Panorama. Congratularam-se com os familiares do sr. José Satiro presentes no recinto os Vereadores: Jair, Rafael e Frederico. O Vereador Jair parabenizou a Comissão de Saúde pela audiência organizada sobre o câncer de cabeça e pescoço. O Vereador Maurílio, sobre a proposta do Vereador Wellington de reduzir o salário dos vereadores, disse achar que os vereadores não ganham tão bem assim; mas se for preciso disse que vota a favor; seguiu dizendo não ter nada contra a pessoa do Tiago, mas que acha um absurdo muito maior a Câmara pagar R\$2.500,00 por mês para fazer a divulgação dos trabalhos da Câmara, sem pedir a opinião dos vereadores, ainda que o Presidente tenha a autonomia; disse que o salário do vereador não é tão caro, mas esse gasto de publicidade ele acha caro. O Vereador Wellington disse que a Câmara votou o seu orçamento e pelo volume de trabalho os vereadores são muito bem pagos, fazendo uma comparação com o trabalho dos professores; fez um comparativo com diversos serviços ou investimentos que poderiam ser feitos; o Vereador Wellington defendeu a contratação feita pela Câmara do serviço de divulgação e disse que irá cobrar pelo trabalho da empresa contratada. O Vereador Rafael falou sobre o seu projeto de lei proibindo o uso de canudos plásticos; disse achar importantíssimo o trabalho de comunicação contratado pela Câmara, inclusive para atender aos cidadãos que não conseguem vir à Câmara, tendo em vista ainda o seu projeto de transmissão via rádio e de criação de um jornal informativo, sendo tudo isso uma comunicação da Câmara com a população; parabenizou a Comissão de Saúde pela audiência Julho Verde. O Vereador Frederico falou sobre as vitórias do futebol amador do América Atlético Clube na categoria sub-14 da Copa Zico; assim como da equipe feminina de futsal da Escola Estadual Prof. José Borges de Moraes; apoiou as palavras do Vereador Maurílio com relação à redução salarial de Vereadores, estranhando que esse assunto seja trazido agora, há um ano das próximas eleições. O Vereador Romeu disse achar que o Prefeito não ganha um salário exagerado; que dos vereadores podem estar um pouco altos; mas do vice-prefeito o

salário é alto; do secretariado ele acha pouco frente as responsabilidades do cargo; o salário do vice o Vereador Romeu achou alto, sendo que deveria ganhar um salário mínimo e apenas no caso de assumir teria o salário do Prefeito, há não ser a nossa Vice-Prefeita que está muito atuante. O Vereador Wellington disse que se o Vereador Frederico conhecesse a Lei Orgânica veria que o art. 22 determina que isso somente pode acontecer agora, caso contrário ele já teria tocado nesse assunto desde o início do mandato, sendo algo que aconteceu em vários municípios; falou sobre o crime das queimadas; ressaltou o estado precário da sede do Caps; citou o descumprimento da lei municipal que determina a colocação de dados dos conselhos municipais no site oficial da Prefeitura; lamentou a falta de apoio aos familiares que têm filhos menores infratores na cidade de Sete Lagoas; pediu que a Presidência busque informações sobre a contratação de monitores para o transporte escolar; parabenizou as jogadoras do futsal feminino do Ginásio; registrou o atendimento da indicação encaminhada através da sra. Valéria Menicucci; lamentou o fechamento da unidade da Administração Fazendária; parabenizou o Presidente pela contratação do serviço de comunicação para a Câmara; parabenizou aos envolvidos no evento Julho Verde e convidou para o campeonato de futsal que iniciará no bairro Rosa Mítica. O Vereador Rafael registrou os diversos eventos esportivos ocorridos em nossa cidade ou fora dela com a participação de atletas amadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas do dia dezenove de agosto de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins e Wellington Ferreira de Souza; ausente os Vereadores Paulo Henrique da Silva e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (01 de agosto). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Nas correspondências recebidas foram lidas: 1) Convite do IBGE para reunião preparativa para o Censo 2020; 2) Convite da Apae para a Semana do Excepcional; 3) Convite para inauguração da quadra com o nome de José Satiro. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu durante a leitura das correspondências. O sr. Presidente abriu a audiência pública sobre o funcionamento operacional do estacionamento rotativo, convidando o sr. Daniel de Araújo Costa, Gerente de Contrato da empresa GCT. Este, por sua vez, colocou-se à disposição dos vereadores e do público para debater questões de ordem técnica e operacional. Durante o debate os vereadores fizeram questionamentos e apresentaram sugestões, havendo a participação também do Secretário de Administração e Finanças, Vinícius Leal Faria. Os Vereadores Rafael e Wellington manifestaram o desejo de se realizar uma audiência também com um representante do Executivo para maiores informações. A seguir, o sr. Presidente formalmente promulgou a Emenda à Lei Orgânica nº 11: Altera a redação do parágrafo único do art. 150 incluindo direito ao transporte coletivo para as pessoas com deficiência. Continuaram tramitando as proposições: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística; c) Projeto de Lei nº 1.753, Vereadores Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Ficam as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano do município de Rio Pomba obrigadas a realizar desembarque de mulheres, idosos e deficientes físicos fora dos locais de parada preestabelecidos, em período noturno; d) Projeto de Lei nº 1.755, Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que menciona; e) Projeto de Lei nº 1.756, Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.758, do Executivo: “Altera a Lei Municipal nº 1.469/14 nas partes que menciona e dá outras providências.” O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças; c) Educação. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 28, do Executivo: Institui o regime de emprego público para a contratação de Agentes de Combate a Endemias e Agentes Comunitários de Saúde, nos termos previstos no art. 198, § 4º, da Constituição Federal. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças; c) Saúde. Em

sequência foram lidas as proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 474: criação de vale-feira para os servidores municipais; 2) Indicação nº 479: manutenção dos bueiros; 3) Indicação nº 501: criação do consórcio regional do SIM; b) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 510: correção de defeitos nas ruas do bairro Santa Helena; 2) Indicação nº 511: reforma de ponte seca na região de Bomjardim; 3) Indicação nº 512: parada de ônibus intermunicipal; c) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 505: manutenção na região rural de São Lourenço; 2) Indicação nº 507: efetivação de ações previstas no plano municipal de saneamento básico; d) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 502: melhoria de sinal de internet móvel (Oi). No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Às dezenove horas e quarenta minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças ao Projeto de Resolução nº 348, Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2020. Na ausência do Vereador Romeu, o Vereador Wellington foi designado para compor a comissão; e o Vereador Jorge em substituição ao Vereador Jair. O parecer foi favorável à proposição. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 348, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Maurílio, autorizado pelo sr. Presidente, retirou-se da sessão. O Vereador Wellington registrou que os requerimentos aprovados na sessão anterior ainda não foram respondidos; falou sobre a situação da estação de transbordo; falou sobre as queimadas criminosas e lamentou a ausência da Presidente do CMDCA convidada pela Comissão de Educação para esclarecer sobre a avaliação psicológica dos candidatos ao conselho tutelar; teceu comentários sobre a repercussão pública sobre sua proposta de alteração da lei do estacionamento rotativo, onde ele propôs a isenção do pagamento da zona azul aos vereadores a serviço do mandato; solicitou ao jurídico da Prefeitura informações sobre o concurso público ainda vigente, em função dos projetos de leis apresentados hoje; registrou a presença dos monitores no transporte escolar; sugeriu a presença de castramóvel em Rio Pomba, tendo em vista o número de animais de rua; pediu a finalização das obras do distrito industrial com a instalação de grades nos bueiros; ressaltou o descumprimento até hoje da lei que determina a inserção de dados dos conselhos no site da Prefeitura. O Vereador Jair falou sobre o problema dos cães de rua que também envolve a dificuldade na captura; divulgou convite para palestra sobre a recuperação de áreas degradadas da bacia do rio Paraíba do Sul, que acontecerá no auditório do IF. O sr. Presidente convidou a todos para o debate sobre segurança pública que acontecerá logo após o encerramento desta sessão. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas do dia dois de setembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (19 de agosto). A ata foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente lembrou que no dia onze de setembro haverá reunião com o técnico do IBGE sobre o censo de 2020, sendo necessário fazer um cadastro com antecedência. Continuaram tramitando as proposições: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística; c) Projeto de Lei nº 1.753, Vereadores Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Ficam as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano do município de Rio Pomba obrigadas a realizar desembarque de mulheres, idosos e deficientes físicos fora dos locais de parada preestabelecidos, em período noturno; d) Projeto de Lei nº 1.755, Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que menciona (com emenda modificativa); e) Projeto de Lei nº 1.756, Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências (com emenda supressiva); f) Projeto de Lei nº 1.758, do Executivo: “Altera a Lei Municipal nº 1.469/14 nas partes que menciona e dá outras providências”; g) Projeto de Lei Complementar nº 28, do Executivo: Institui o regime de emprego público para a contratação de Agentes de Combate a Endemias e Agentes Comunitários de Saúde, nos termos previstos no art. 198, § 4º, da Constituição Federal. Foi lido o Projeto de Lei nº 1.759, Vereadores Wellington F. Souza e Jair P. Coelho: Altera a redação da Lei nº 1.293/2009, que Dispõe Sobre o Atendimento Preferencial a Deficientes Físicos, Idosos e Gestantes nos Postos de Saúde e Hospitais Municipais. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões: a) Legislação (Jair foi substituído por Romeu); b) Assistência (Wellington foi substituído por Jorge). Seguindo os trabalhos foi lido o Requerimento nº 46, do Vereador Rafael Vilela Martins: Requer informações sobre a realização da exposição agropecuária. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira sugeriu a sua votação do Projeto de Lei nº 1.759 ainda hoje por se tratar de matéria simples. O Vereador Wellington comentou sobre o objetivo do projeto. O sr. Presidente consultou e houve a concordância das comissões permanentes. Então, o Projeto de Lei nº 1.759 foi remetido à ordem do dia desta sessão. O Vereador Wellington sugeriu que as comissões se reúnam para concluir a análise dos projetos em tramitação. O Vereador Jorge sugeriu que seja ainda esta semana. Quanto aos Projetos de Leis nºs 1.758 e Complementar nº 28, após consenso, decidiu-se convidar o Assessor Jurídico

Municipal e a servidora Verônica de Paula para esclarecimentos no dia seis de setembro, dezesseis horas, com as comissões e vereadores interessados. Em sequência foram lidas as proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 515: estacionamento na Rua Carminha Morais Sarmiento; 2) Indicação nº 521: conserto de muro do cemitério; 3) Indicação nº 522: conserto de canaleta à Av. do Contorno; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 513: manutenção no calçamento das ruas do bairro Sol Nascente; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 320-2ª edição: fechamento do vão central dos mataburros; 2) Indicação nº 516: comemoração dos 35 anos do Curral Bonito; 3) Indicação nº 517: restrição de estacionamento na Rua Ministro Adauto Lúcio Cardoso; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 518: reforma no calçamento da Rua Cel. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 523: manutenção de redes sanitárias e pluviais do bairro Sol Nascente; e) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 523: promova o controle populacional dos animais de rua e famílias de baixa renda cadastradas na Sec. de Assistência Social; f) Paulo H. Silva e Rafael V. Martins: 1) Indicação nº 351-2ª edição: instalação de equipamentos no Mutirão; g) Wellington F. Souza e Jair P. Coelho: 1) Indicação nº 519: efetive o serviço no município de Rio Pomba do “Cartão de Identificação para Pessoas com TEA” e outras providências; 2) Indicação nº 520: inclusão de PCD no Programa “Pró-Adolescente”. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Diante de comentários sobre a instalação de redutores de velocidade, o sr. Presidente solicitou a elaboração de uma indicação apontando todos os pedidos de redutores para os vereadores assinarem. O Vereador Wellington disse que, diante de manifestações da população e de amigos, decidiu retirar do Projeto de Lei nº 1.756 o artigo que previa isenção do pagamento do estacionamento rotativo aos vereadores no exercício do mandato. Às dezoito horas e quarenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 1.759, que Altera a redação da Lei nº 1.293/2009, que Dispõe Sobre o Atendimento Preferencial a Deficientes Físicos, Idosos e Gestantes nos Postos de Saúde e Hospitais Municipais. O parecer foi favorável à proposição pela unanimidade dos membros. Igualmente se pronunciou a Comissão de Assisência. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.759, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Wellington lamentou mais uma vez o fechamento do escritório local da AF; falou da necessidade do conserto do semáforo e do recuo da faixa de pedestres da Rua Péricles de Queiroz. O Vereador Jair solicitou o estabelecimento de mão única na Rua Péricles de Queiroz. O Vereador Wellington sugeriu que a Av. Dr. José Neves seja regulada como mão única; pediu a adequação da gratuidade no estacionamento rotativo às pessoas como idosos e deficientes, através de um adesivo próprio; discorreu sobre a necessidade de reforma da sede do Caps; sugeriu a castração e identificação de cães de rua para controle populacional num consórcio regional; citou as ações da Associação Comercial e Industrial que a estão levando a um promissor crescimento, apoiando o pedido de uso do recinto da Câmara para realização de treinamento. O Sr. Presidente disse que aguarda informações da Acirp sobre a solicitação do recinto. O Vereador Jorge falou sobre sua busca por melhores

condições e tratamentos para os cães de rua. O Vereador Jair registrou a ausência de um aparelho auferidor de ruídos para a fiscalização de barulhos de festas e bares, sugerindo a aquisição desse aparelho; falou sobre a importância da adesão dos produtores rurais ao programa de cercamento de matas; parabenizou aos diretores, funcionários e alunos da Apae pela realização da Semana comemorativa e pelos trabalhos que são prestados. O Vereador Wellington convidou para uma roda social que haverá no Cras, na ausência da Conferência Nacional. O Vereador Rafael congratulou-se com a família e a população pela inauguração da Quadra José Satiro; registrou o acontecimento da Exposição Agropecuária, muito bem organizada e segura. O Vereador Jair salientou que a grande maioria dos animais que concorreram na exposição são de Rio Pomba. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (02 de setembro). A ata foi aprovada por unanimidade. Foi lidas as seguintes correspondências: a) Carta da Professora Bárbara, do IF; b) Ofícios do Prefeito de nºs 366, 367 e 368, respostas a requerimentos da Câmara. O sr. Presidente disse que as cartas dos alunos do IF estão à disposição para que cada vereador lhes dedique um tempo; comentou que já fez uma vista das mesmas e que estão separadas por temas. O Vereador Wellington sugeriu que os vereadores vão até o IF para se reunirem com os alunos, devido à quantidade de alunos, ou que a Comissão de Educação fizesse uma avaliação das cartas. O sr. Presidente disse que a diversidade de assuntos diz respeito a todas as comissões. Continuaram tramitando as proposições: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas (estas foram lidas); b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística; c) Projeto de Lei nº 1.753, Vereadores Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Ficam as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano do município de Rio Pomba obrigadas a realizar desembarque de mulheres, idosos e deficientes físicos fora dos locais de parada preestabelecidos, em período noturno; d) Projeto de Lei nº 1.755, Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que menciona (com emenda modificativa, que foi lida); e) Projeto de Lei nº 1.756, Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências (com emenda supressiva, que foi lida); f) Projeto de Lei nº 1.758, do Executivo: “Alterar a Lei Municipal nº 1.469/14 nas partes que menciona e dá outras providências”. Os vereadores fizeram comentários sobre o Projeto de Lei nº 1.747. Sobre o Projeto de 1.753 os Vereadores Jair e Romeu disseram que o termo “obrigada” privilegia o passageiro mas pode colocar em risco a segurança do condutor e demais usuários do ônibus. O Vereador Wellington disse que substituir o termo “obrigado” por “autorizado” coloca a empresa acima do usuário, já que ela cumprirá o pedido do usuário se quiser; disse que poderá rever a redação. O Vereador Romeu disse que a alegação do Vereador Wellington o convenceu. Dando sequência, foi lido o Parecer Jurídico da Assessora Jurídica da Câmara relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 28, do Executivo: Institui o regime de emprego público para a contratação de Agentes de Combate a Endemias e Agentes Comunitários de Saúde, nos termos previstos no art. 198, § 4º, da Constituição Federal. O Vereador Jorge comentou favoravelmente ao projeto e foi lembrado que falta uma manifestação do

assessor jurídico municipal com relação ao Projeto nº 1.758. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças; c) Saúde. Os pareceres das três comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente o remeteu à ordem do dia desta sessão. Foi então lido o Projeto de Lei nº 1.760, Vereadores: Declara de utilidade pública municipal a Associação de Amigos e Protetores dos Animais de Rio Pomba – AAPARP. O sr. Presidente o encaminhou para análise da Comissão de Legislação. Estando presente no recinto e havendo a autorização Plenária, o sr. Presidente convidou a usar a palavra a sra. Josilaine Maria Lima Guillarducci Caiafa, tesoureira da associação. A oradora falou sobre os objetivos estatutários da associação e citou diversos serviços prestados e as dificuldades enfrentadas, principalmente financeiras, a falta de um local próprio para acolher os animais e mais pessoas para ajudar. O sr. Presidente disse que existe pedido para agilizar esse projeto tendo em vista a elaboração da LOA 2020; disse que o Executivo hoje vêm com bons olhos a questão dos animais de rua; perguntou aos vereadores se existe alguma objeção para votar o projeto hoje. O Vereador Maurílio disse não ver motivo para a tramitação. O Vereador Jorge disse ser favorável, que a entidade é conhecida e também o seu trabalho. O Vereador Jair perguntou a respeito das certidões, se a entidade está em dia e ativa com a Receita Federal; comentou que um projeto apresentado hoje e que possa conter alguma pendência poderá complicar para os vereadores; disse que é favorável ao título de utilidade pública, mas gostaria de estar tranquilo quanto à existência de pendências. A sra. Josilaine disse que havia uma pendência. O Vereador Jorge perguntou o que seria e disse que para a entidade entrar em convênio com a Prefeitura ela precisa estar em dia, ficando em dúvida se votaria o projeto para a regularização posterior; pediu a manifestação da assessora jurídica. A Dra. Vânia comentou que os vereadores poderão votar hoje e depois se contatar que a pendência não é possível de ser sanada; além da entidade estar inativa perante a Receita Federal. O Vereador Wellington pontuou que o CNPJ está inativo e falta a declaração de idoneidade de um dos membros da diretoria; perguntou qual é a redação da lei municipal e disse que se apenas se pede que a associação possua o CNPJ ela está apta a ser votada. O Vereador Romeu disse que a diretoria está presente e pediu que organizem os documentos até a semana seguinte, podendo se fazer uma reunião extraordinária e encaminhar ao Prefeito para a colocação de uma dotação na proposta orçamentária. O sr. Presidente disse que então caberá à associação resolver as duas pendências para que a Câmara possa fazer a sua parte convocando uma sessão extraordinária. O Vereador Jair disse que é preciso ser justo para com outra entidade que está com o projeto parado aguardando um documento. Assim, o Projeto de Lei nº 1.760 seguiu tramitando. Em sequência foram lidas as proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 530: regulamentação de estacionamento na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 531: providências na Rua Francisco Lucas Esteves; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 525: instalação de mataburro no Bomjardim; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 528: cadastro reserva para a Secretaria de Educação; 2) Indicação nº 532: cadastramento populacional de cães; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 529: reforma na Praça Ministro Odilon Braga; e) Wellington Netto: 1) Indicação nº 173-3ª edição: implantação do ponto eletrônico biométrico nas repartições públicas do município; 2) Indicação nº 282:

pintura das sinalizações horizontais em toda cidade; 3) Indicação nº 344-2ª edição: cumprimento da Lei nº 1.131/2001, que cria o Fundo Municipal de Moradia Popular e o Conselho Municipal de Moradia Popular; f) Vereadores: 1) Indicação nº 526: instalação de redutores de velocidade; 2) Indicação nº 527: aquisição de decibelímetro. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. O Vereador Wellington falou sobre a necessidade de se alterar a redação do art. 5º do Projeto de Lei nº 1.758/2019. Aberta a ordem do dia, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 28, do Executivo: Institui o regime de emprego público para a contratação de Agentes de Combate a Endemias e Agentes Comunitários de Saúde, nos termos previstos no art. 198, § 4º, da Constituição Federal; o qual foi aprovado por unanimidade. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Wellington falou sobre o concurso público de 2014 e o chamamento para o preenchimento de vagas; comentou também sobre o aplicativo Zona Azul e os atrasos na devida implantação. O Vereador Jair falou da necessidade de refazer os dizeres das placas com os nomes de ruas e pediu que seja feita com melhor qualidade e durabilidade; registrou a demora na solução para o caso do rio Pomba às margens da Rua Cel. Juvenal Pena e os buracos existentes na mesma. O Vereador Jorge disse que coisas boas também são realizadas pela atual administração, que está seguindo em frente; citou exemplo das pontes da zona rural e a sinalização urbana; concordou com as placas contendo os nomes das ruas. O Vereador Jair disse que a crítica é em cima daquilo que foi prometido de ser feito. O sr. Presidente registrou a perda de duas pessoas muito queridas na sociedade, que são o Quenes e o sr. Bartolomeo, ex-Vereador e ex-Vice-Prefeito; parabenizou pela realização do evento Cavalgada do Tejim, muito bem organizada e trazendo muitos visitantes ao município. O Vereador Jair lembrou que o evento trouxe contribuição financeira para a Apae e a Rede do Bem. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas do dia vinte e três de setembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente, comunicou que a sessão se destina à apreciação de uma única proposição e solicitou ao Secretário a leitura do Projeto de Lei nº 1.760, de autoria de Vereadores: Declara de utilidade pública municipal a Associação de Amigos e Protetores dos Animais de Rio Pomba – AAPARP. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sendo que esta se manifestou pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente o colocou em única discussão. O Vereador Wellington comentou sobre a necessidade de se convocar esta sessão em função da falta de alguns documentos da entidade; parabenizou a diretoria da mesma. O Vereador Romeu Moreira pediu que os vereadores se empenhem junto ao sr. Prefeito para a inserção na proposta orçamentária de um valor para a associação. O sr. Presidente sugeriu de se fazer um ofício a ser assinado por todos os vereadores. O Vereador Jorge parabenizou a entidade por cuidar de uma causa nobre; parabenizou também aos vereadores pela agilidade em tratar desse importante assunto, assim como ao Vereador Maurílio que se ausentou porque a Câmara não conseguiu avisá-lo. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.760 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e dez minutos do dia sete de outubro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da seguinte correspondência: a) convite da Prefeitura de Piraúba. Após, foi lido o Veto Integral do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.759. O sr. Presidente o encaminhou à Comissão de Legislação. O Vereador Wellington disse que compreendeu as razões do veto e disse que a Câmara poderia votá-lo ainda hoje. O sr. Presidente disse que se a comissão se manifestar será possível. O Vereador Jorge, relator da Comissão de Legislação, concordou. O sr. Presidente solicitou a manifestação dos demais membros da comissão (Romeu e Paulo), e ambos se manifestaram favoráveis. O sr. Presidente remeteu o veto à ordem do dia. Continuaram tramitando as proposições: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística; c) Projeto de Lei nº 1.753, Vereadores Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Ficam as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano do município de Rio Pomba obrigadas a realizar desembarque de mulheres, idosos e deficientes físicos fora dos locais de parada preestabelecidos, em período noturno; d) Projeto de Lei nº 1.756, Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências (com emenda supressiva e parecer jurídico que foi lido). Sobre o Projeto de Lei nº 1.747 o Vereador Arilson disse que representante do Sinsemrip e engenheiro do trabalho irão se reunir neste dia dez de outubro e depois se reunirão com os vereadores. Foi lido o parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 1.755, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que menciona (com emenda modificativa). O Vereador Jorge se manifestou favorável à votação do projeto ainda hoje. O sr. Presidente consultou se a Comissão de Legislação poderia emitir o parecer verbal e esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do projeto e da emenda. Assim, o sr. Presidente remeteu à ordem do dia o Projeto de Lei nº 1.755. Seguindo os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.761, do Executivo: “Altera a Lei nº 1.613/2018 na parte que menciona”. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise da Comissão de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.762, do Executivo: “Autoriza o Executivo Municipal a doar bem imóvel que especifica ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das Comissões de Legislação, Finanças e Obras. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.763, do Executivo: Dispõe sobre concessão

de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi aberto o prazo regimental de quinze dias para emendas. Foi lido o Projeto de Lei nº 1.764, do Executivo: Dispõe sobre a revisão anual do Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021, Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017, e adequação da Lei 1.629 de 01 de julho de 2019 – LDO 2020. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise da Comissão de Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.765, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2020. Este projeto seguiu tramitando e foi aberto o prazo regimental de quinze dias para emendas. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.766, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Institui o “Projeto Rio Pomba Grafite” que disciplina a arte em grafite no município. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das Comissões de Legislação e Educação (o Vereador Wellington foi substituído pelo Vereador Jair). Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.767, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos promovidos pelo município de Rio Pomba. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das Comissões de Legislação e Educação (o Vereador Wellington foi substituído pelo Vereador Jorge). Foi lido o Projeto de Lei nº 1.768, dos Vereadores Frederico, Jair, Maurílio e Romeu: Denomina vila com o nome de João Borges de Freitas no bairro do Rosário. Este projeto foi enviado para análise da Comissão de Legislação (o Vereador Jair foi substituído pelo Vereador Wellington). O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis compareceu à sessão. Como foi concedido pelos autores, todos os demais vereadores que desejarem poderão assinar a autoria do projeto. Diante da solicitação de alguns vereadores, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação e esta se manifestou pela legalidade da proposição, sendo que a mesma ficou composta pelos Vereadores Wellington, Paulo e Jorge. Então, o sr. Presidente remeteu o Projeto de Lei nº 1.768 à ordem do dia desta sessão. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 47, do Vereador Romeu Moreira Batista: Requer informações sobre os animais do canil municipal. O autor usou a palavra. Votado, o Requerimento nº 47 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 48, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Requer informações sobre os cargos não preenchidos do concurso de 2014. O autor usou a palavra. Votado, o Requerimento nº 48 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 534-B: estacionamento para motocicletas; 2) Indicação nº 535: providências para a capela mortuária; 3) Indicação nº 536: poda de árvores no bairro Jardim América; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 547: brigada municipal contra incêndios; 2) Indicação nº 548: mão única de trânsito na Rua Péricles de Queiroz; 3) Indicação nº 549: captação de águas pluviais na Rua Wilson de Souza Menezes; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 534: mudanças no Telecentro; 2) Indicação nº 537: criação do CPA DOG/CAT Ai Ki Cão; 3) Indicação nº 539: medidas de segurança em quadra poliesportiva; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 533: lixeiras na Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 541: construção de quadra no bairro Santa Helena; 3) Indicação nº 542: construção de rede sanitária na comunidade da Formiga; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 178-2ª edição: limpeza na Av.

Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 543: providências no trânsito do bairro Nossa Senhora das Graças; 3) Indicação nº 544: patrolamento na Av. Manoel Fernandes; f) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 538: duração do estacionamento rotativo; g) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 540: reforma completa na sede do Caps; 2) Indicação nº 545: passeio legal – idosos protegidos; 3) Indicação nº 546: vaga para deficientes nas proximidades da Apae. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Às dezenove horas e trinta e oito minutos, aberta a ordem do dia, foram lidas: Emendas ao Projeto de Lei nº 1.758: a) Modificativas nºs 01 e 02; b) Supressiva nº 03, todas de autoria do Vereador Frederico. O Vereador Wellington disse que não fez essas emendas porque aguardava que o Executivo as enviaria; disse que gostaria de mais prazo para analisar o projeto. Então, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.758, do Executivo: “Altera a Lei Municipal nº 1.469/14 nas partes que menciona e dá outras providências.” O sr. Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.755. A emenda foi aprovada por unanimidade. Após colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.755, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos locais que menciona. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.768: Denomina vila com o nome de João Borges de Freitas no bairro do Rosário. Obteve-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente pediu que as comissões se reúnam para emitirem os pareceres que estão pendentes. Então, ficou designado que as comissões permanentes se reunirão no dia dez de outubro, às dezessete horas. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Arilson pediu uma oração pela recuperação da saúde do sr. Avelino Gregório. O Vereador Wellington disse que a Câmara pode ultrapassar as fronteiras ao votar as mudanças no projeto da Zona Azul, cabendo ao Executivo vetar o que for exorbitante; disse que o número de idosos e pessoas que não possuem garagem é muito pequeno; falou sobre a necessidade de consertar o semáforo; sobre a situação de cadastramento biométrico na nova sede do cartório eleitoral, de modo que as pessoas estão ficando expostas às intempéries, possivelmente o município podendo oferecer uma estrutura ou o próprio cartório eleitoral. O Vereador Maurílio disse que o espaço interno daquele local é muito grande e a entrada poderia ser permitida; falou sobre o fórum de agroecologia que acontecerá no Instituto Federal. O Vereador Jorge sugeriu que a Câmara contrate uma motossom para divulgar a necessidade do cadastramento biométrico. O Vereador Frederico pediu a divulgação também na zona rural. O Vereador Romeu sugeriu que antes de se tomar uma iniciativa é preciso conversar com o Chefe do Cartório Eleitoral. O Vereador Rafael falou sobre a apresentação dos candidatos ao Conselho Tutelar que foi realizada na Câmara e desejou sucesso no trabalho dos eleitos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (16 e 23 de setembro, 07 de outubro). As três atas foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente comentou que o Executivo enviou na sexta-feira, após o fechamento da pauta, três projetos de leis; demonstrou o assunto e perguntou se o Plenário autorizava a entrada em tramitação nesta sessão, sendo os seguintes: a) Projeto de Lei nº 1.771, do Executivo: “Dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Lei nº 1.612/2018 e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.772, do Executivo: “Dá-se nova redação na íntegra à Lei nº 1.622/2019 e dá outras providências”; c) Projeto de Lei nº 1.773, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências”; os quais foram lidos pelo sr. Presidente. O Vereador Romeu Moreira agradeceu ao sr. Prefeito pelo envio dos projetos e disse não ver objeção à votação deles hoje. O Plenário unanimemente autorizou a tramitação dos projetos citados. Permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística. O sr. Presidente encaminhou para análise da Comissão de Finanças no prazo de quinze dias: a) Projeto de Lei nº 1.763, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.764, do Executivo: Dispõe sobre a revisão anual do Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021, Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017, e adequação da Lei 1.629 de 01 de julho de 2019 – LDO 2020; c) Projeto de Lei nº 1.765, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2020. O sr. Presidente comunicou que na sessão do dia quatro de novembro haverá audiência pública para apresentação da LOA 2020. O sr. Presidente determinou a leitura do Projeto de Lei nº 1.769, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial. Foi solicitada a manifestação da Comissão de Finanças e esta concluiu-se pela normalidade do mesmo. O Projeto de Lei nº 1.769 foi remetido à ordem do dia desta sessão. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.770, do Executivo: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores a entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, provenientes da iniciativa privada – retenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, para consecução de atividades de finalidade pública e voltadas a crianças e adolescentes do município de Rio Pomba/MG. Foi solicitada a manifestação da Comissão de Finanças e esta concluiu pela normalidade do mesmo. O Projeto de Lei nº 1.770 foi remetido à ordem do dia desta sessão. O sr. Presidente solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 1.771, que “Dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Lei nº 1.612/2018 e dá outras providências”. Em seguida, solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, concluindo esta a favor do projeto. O sr.

Presidente o remeteu à ordem do dia. Em seguida, solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças quanto ao Projeto de Lei nº 1.772, sendo que a comissão concluiu a favor do projeto. O sr. Presidente encaminhou para a ordem do dia desta sessão os Projetos de Leis nº 1.771 e 1.772. O Projeto de Lei nº 1.773 o sr. Presidente encaminhou para análise das Comissões de Legislação, de Finanças e de Educação. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís: 1) Indicação nº 551: guard-rail em rodovia; b) Paulo Henrique: 1) Indicação nº 550: redutores de velocidade na Rua Ministro Adauto Lúcio Cardoso; c) Rafael Vilela: 1) Indicação nº 558: reforma do parquinho da Creche Casulo. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 29, da Comissão de Legislação: Veto Integral do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.759. Em seguida, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, da Comissão de Legislação: Mantém Veto Integral do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.759. Este projeto foi colocado em única discussão. O Vereador Wellington disse que o texto encaminhado realmente convenceu, mas fez uma provocação ao Executivo de que possa então fazer valer as leis já aprovadas, inclusive a 1.608, do autismo; comentou que não adianta argumentar a existência de leis federais e não cumpri-las, apresentar um veto e não apresentar uma solução. Após, submetido à votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 192 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jorge Luís Martins Soares; votando contra o Vereador Wellington Ferreira de Souza. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Confere homenagem de honra ao mérito profissional (Sargento Bombeiro Militar Ivo Dias dos Reis, Honra ao Mérito Profissional). O autor falou sobre o seu homenageado. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.769: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial; obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, o sr. Presidente submeteu à votação o Projeto de Lei nº 1.770: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores a entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, provenientes da iniciativa privada – retenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, para consecução de atividades de finalidade pública e voltadas a crianças e adolescentes do município de Rio Pomba/MG; obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Também foi votado e aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 1.771: “Dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Lei nº 1.612/2018 e dá outras providências”. Em seguida, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.772: “Dá-se nova redação na íntegra à Lei nº 1.622/2019 e dá outras providências”; obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Dando sequência, foi lida a conclusão do Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.753. Também foram lidos os pareceres das comissões permanentes. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.753, Vereadores Wellington F. de Souza e Paulo H. da Silva: Ficam as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo urbano do município de rio pomba obrigadas a realizar desembarque de mulheres, idosos e deficientes físicos fora dos locais de parada preestabelecidos, em período noturno. Este projeto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, o sr. Presidente determinou a tramitação de: a) Parecer jurídico: Projeto de Lei nº 1.756; b) Emenda ao Projeto de Lei nº 1.756: a) Supressiva nº 01; c) Projeto de Lei nº 1.756, Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. O Vereador Wellington disse que está levantando informações a respeito do número de residências sem garagem. O sr. Presidente disse que colocaria em votação o Projeto de Lei nº 1.758 e as emendas apresentadas. Foram lidos os pareceres das comissões. O Vereador Wellington disse que votaria contra as emendas 01 e 02 por divergir das ideias e não do autor, e por acreditar que os textos deveriam ser retirados do projeto. O sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01-Modificativa, a qual foi aprovada por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jorge Luís Martins Soares; votando contra o Vereador Wellington Ferreira de Souza. Em seguida, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 02-Modificativa, a qual foi aprovada por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jorge Luís Martins Soares; votando contra os Vereadores Wellington Ferreira de Souza e Jair de Paula Coelho. O Vereador Jair justificou o seu voto com relação a esta emenda por considerar que a mesma não descaracteriza a obrigação do servidor em atender a imposição dos secretários municipais. Por último, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 03-Supressiva, a qual foi aprovada por unanimidade. Após as emendas, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.758, do Executivo: “Altera a Lei Municipal nº 1.469/14 nas partes que menciona e dá outras providências.” O Vereador Wellington disse ser necessário garantir para o futuro que os profissionais que atuam nos programas do Governo Federal possam em breve, uma vez extintos os programas, terem as suas vagas e trabalhos garantidos; disse ser necessário garantir a integralidade desse ponto e votar contra o projeto por ele manter redações com as quais ele não concorda; disse não votar contra a saúde, médicos, enfermeiros, sabendo que seu voto será vencido, mas vota coerente com o seu mandato; disse ser favorável a aumentar o número de profissionais da saúde e que votaria contra pela falta de garantia da estabilidade futura dos profissionais. Este projeto foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jorge Luís Martins Soares; votando contra os Vereadores Wellington Ferreira de Souza e Jair de Paula Coelho. O Vereador Jair disse que votou contrário porque votou contra a emenda nº 02 e para ser coerente. Continuando os trabalhos foi lido o parecer da comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 1.761. Então, foi lido e colocado em discussão o Projeto de Lei nº 1.761, do Executivo: “Altera a Lei nº 1.613/2018 na parte que menciona”. O Vereador Wellington fez comentários ao projeto, dizendo que seria contrário, mas foi convencido de ser uma adequação às normas do Tribunal de Contas do Estado e pediu que esses documentos sejam enviados à Câmara quando venham outros projetos

desse natureza. O Vereador Romeu disse que o Prefeito pode mexer através de decreto apenas dentro do limite dos trinta por cento. Após o Projeto de Lei nº 1.761 foi submetido à votação e aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jorge Luís Martins Soares; votando contra o Vereador Wellington Ferreira de Souza. A seguir, foi lido o parecer da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 1.762, do Executivo: “Autoriza o Executivo Municipal a doar bem imóvel que especifica ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”. O sr. Presidente colocou o projeto em discussão; disse que a questão é a perda de parte do parque de exposições e o segundo ponto a cidade ganhará uma grande obra e um fórum com possibilidade de dois juízes; disse que para uma votação segura deixará o projeto em tramitação para a próxima reunião. O Vereador Wellington disse que o município perderá 3.600 metros quadrados de uma área usada para festas e eventos; disse que existem respostas a serem trazidas para a Câmara, reconheceu que a cidade merece dois juízes e perguntou o que será feito do prédio do fórum atual; questionou se o parque de exposições será mudado; sugeriu a realização de audiência pública para discutir o projeto; disse que hoje votaria contra. O Vereador Jorge disse que o município perde e ganha, pois a obra do novo fórum gerará mais funcionários morando na cidade; concordou que o parque de exposições vem perdendo espaço, mas não se pode perder a oportunidade dessa obra e existe a segunda opção de conseguir a cessão de uso do atual prédio do fórum; disse que o pessoal que mora em volta do parque de exposições sente-se prejudicado pelas festas; disse que hoje votaria a favor do projeto; comentou que será contratado pessoal de Rio Pomba para trabalhar na obra. O Vereador Jair disse que isso não é certo, como a obra da biblioteca municipal que não emprega pessoal de Rio Pomba. O Vereador Jorge pediu à Assessora Jurídica da Câmara que busque mais informações sobre o projeto do novo fórum. O Vereador Romeu disse que as comissões concluíram que o projeto é legal, mas a questão é o parque de exposições que vem sem reduzido e é o local de festas da cidade; comentou que o espaço aos fundos do ginásio pertence ao Estado e é suficiente para construir o fórum; reconheceu a importância de expandir para dois juízes, mas falou da importância do parque para Rio Pomba; disse que se deve procurar mais outro lugar e, se não houver, pode-se votar a favor da doação; sobre a cessão do prédio atual ao município disse que isso é outra questão. O Projeto de Lei nº 1.762 seguiu tramitando. A seguir foram lidos os pareceres das comissões ao Projeto de Lei nº 1.766. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.766, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Institui o “Projeto Rio Pomba Grafite” que disciplina a arte em grafite no município. O autor falou da diferença entre pichação e grafite. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foram lidos os pareceres das comissões ao Projeto de Lei nº 1.767. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.767, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos promovidos pelo município de Rio Pomba. Este projeto foi aprovado por unanimidade. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O

Vereador Arilson falou sobre a necessidade de existir um plantão para atender urgências durante 24 horas, como no caso de queimadas. O Vereador Jair disse que a situação é séria e a Prefeitura deveria ter uma brigada e equipamentos, como ele indicou na reunião anterior. O Vereador Arilson comentou sobre reunião que haverá com o profissional da empresa Gorgulho, a respeito da insalubridade, e disse que será um projeto complicado; comentou que na reunião com o engenheiro do trabalho contratado pelo Sinsemrip, o Dr. Marcelo, da Gorgulho, abandonou a reunião; disse que haverá uma assembleia geral com todos os funcionários da Prefeitura onde será informado sobre o que aconteceu entre os drs. Marcelo e Paulo. O Vereador Romeu Moreira agradeceu ao sr. Prefeito pelo envio de projeto de lei beneficiando o Hospital São Vicente de Paulo com o acréscimo de 101 mil mais 60 mil reais; igualmente a Apae, a pedido seu. O Vereador Wellington parabenizou o Deputado Júlio Delgado pelos 101 mil destinados ao hospital; falou sobre o 12º Fórum de Agroecologia que aconteceu no IF e a criação do Polo Agroecológico da Zona da Mata; sobre as obras de construção de redes de canalização de águas pluviais, solicitou aos agentes do Poder Executivo que no final de ano executem essas obras em locais onde não existam comércio com movimento considerável, pois o comércio ficará prejudicado pela realização de obras no período de fim de ano; sobre o projeto da insalubridade, disse que registrou em foto duas funcionárias da limpeza urbana sem nenhum equipamento de proteção, citou que cabe à secretaria fornecer e exigir o seu uso; falou sobre uma entidade que trabalha com agroecologia e não conseguiu o uso de uma escola rural desativada para realizar suas diversas atividades; sugeriu que o espaço onde existe uma academia ao ar livre não seja fechada nas imediações do parque de exposições; lamentou a participação de um licitante no processo que a Câmara está realizando para a construção de sua sede, de uma empresa que construiu a sede do Caps e está respondendo judicialmente pela irresponsabilidade quanto àquela obra; pediu apoio aos colegas para que a Câmara convoque o sr. Sílvio Queiroz para que preste informações sobre os recursos de mais de 700 mil reais aplicados numa obra que está se desmanchando. O sr. Presidente disse que não tem como proibir a participação do licitante. O Vereador Wellington disse que a participação não é ilegal, mas é imoral. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Wellington Ferreira de Souza apresentou o Requerimento nº 49, que requer informações sobre composição e despesas ligadas ao Comdec. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Romeu parabenizou ao servidor Helinho na Coordenação da Defesa Civil, especialmente na vistoria da barragem da Usina Ituerê. Com autorização do sr. Presidente retiraram-se da sessão os Vereadores Arilson Neto Santos Freitas e Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Frederico registrou a aprovação de emenda parlamentar pela Delegada Sheila no valor de cento e cinquenta mil reais para o Hospital São Vicente de Paulo. O Vereador Rafael registrou a liberação de emenda parlamentar através do Deputado Wadison Ribeiro consistindo de um veículo e cento e cinquenta mil reais para equipamentos na área da Saúde. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezoito horas e quatorze minutos do dia quatro de novembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e comentou que o Executivo enviou na sexta-feira, após o fechamento da pauta, um projeto de lei; demonstrou o assunto e perguntou se o Plenário autorizava a entrada em tramitação nesta sessão, sendo o Projeto de Lei nº 1.775: “Disciplina a outorga de permissão de uso de bem público municipal para a instalação de rede subterrânea de tubulação de fibra ótica a quaisquer interessados e dá outras providências”. O Plenário unanimemente autorizou a tramitação do projeto citado, o qual então foi lido pelo Secretário. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e Serviços. Ambas se concluíram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu à ordem do dia desta sessão o Projeto de Lei nº 1.775. Permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística. O Vereador Arilson convidou os vereadores para reunião na quadra do Levanta Poeira que será feita pelo Sinsemrip com os servidores municipais, onde serão demonstrados os erros constantes do estudo de insalubridade realizado. O sr. Presidente perguntou se as comissões já apreciaram o Projeto de Lei nº 1.773, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.” A Comissão de Educação convocou reunião para o dia oito de novembro, dezesseis horas, para tratar do assunto. O projeto seguiu tramitando. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.774, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (Pagamento Por Serviços Ambientais).” O sr. Presidente o remeteu para análise da Comissão de Finanças. O Vereador Wellington disse que gostaria de analisá-lo com mais tempo. O Vereador Jair sugeriu que seja convidado o funcionário da Prefeitura, Carlos André, para prestar informações sobre o assunto. A Comissão de Finanças marcou reunião para o dia oito de novembro, dezesseis horas. Continuando os trabalhos foi lido o Requerimento nº 50, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Requer informações sobre cronograma e valores de obras. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 51, assinado por todos os Vereadores: Requer informações sobre o desassoreamento da barragem da Usina Ituerê. O Vereador Romeu Moreira disse que este requerimento não é seu, mas de todos os vereadores que têm responsabilidade com a nossa comunidade e outras, caso a barragem venha a se romper; disse que a Câmara está fazendo o seu papel e que tem em mãos laudo da engenheira responsável pela barragem, fotos da barragem, ocorrência do Corpo de Bombeiros, requerimento da Defesa Civil, ou seja, documentos de sobra; comentou que o órgão que emite o alvará para o serviço está pendente apenas pela palavra “extração de areia”, sendo que Rio Pomba proíbe a

extração de areia mas a lei autoriza a extração de areia na barragem caso seja necessário; disse não saber o motivo de, diante de tantos documentos valiosos, o órgão municipal não expedir a autorização para o desassoreamento da barragem, num processo que está rolando há noventa dias; lembrou que a última limpeza aconteceu em 2008 ou 2009 e pediu que é preciso a Prefeitura acordar e agilizar a liberação. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira solicitou que a cópia desta ata seja enviada ao Executivo, mas ao mesmo tempo o assunto já é de conhecimento de todos e do Executivo. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 561: recapeamento asfáltico no bairro José Mendonça dos Reis; 2) Indicação nº 562: construção de salão comunitário junto às novas capelas mortuárias; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 556: sede para a Aaparp; 2) Indicação nº 557: criação do Pagamento Por Serviços aos Animais – PSA; c) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 54-2ª edição: providências na Rua Casuarina; 2) Indicação nº 183-2ª edição: instalação de bebedouro no coreto da Praça Dr. Último de Carvalho; 3) Indicação nº 564: finalização de serviço na Rua Francisco Vieira Bomtempo; d) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 563: local para depósito de material inutilizável; e) Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé e Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 554: transferência do almoxarifado municipal; f) Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 559: estacionamento de motocicletas na Rua Joviano Teixeira. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Dentre outros assuntos, o Vereador Jorge falou sobre a vinda do Castramóvel a Rio Pomba. Dentre outros assuntos, o Vereador Arilson comentou haver boatos de que em janeiro o almoxarifado municipal será transferido para o parque de exposições, tomando mais espaço daquela área, de modo que apresentou indicação, junto com Jorge e Frederico, para que o almoxarifado seja deslocado para o imóvel cedido no trevo. Os Vereadores Romeu e Jorge apoiaram a transferência para o trevo. O Vereador Arilson sugeriu um ofício assinado por todos os vereadores. Às dezenove horas, aberta a ordem do dia, foi lida correspondência da Juíza de Direito da Comarca enviada à Câmara respondendo ao convite para comparecimento de representante apto a debater sobre o projeto da cessão de terreno para construção do novo fórum. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.762, do Executivo: “Autoriza o Executivo Municipal a doar bem imóvel que especifica ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”. O sr. Presidente disse para aguardarmos esse diálogo e que se necessário a Câmara poderá convocar uma sessão extraordinária. Seguiram tramitando: a) Parecer jurídico: Projeto de Lei nº 1.756; b) Emenda Supressiva nº 1, do Vereador Wellington; c) Projeto de Lei nº 1.756, Wellington: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul”. O Vereador Wellington apontou vários itens que a empresa descumpre, parecendo-lhe que a mesma não está preocupada com a questão financeira; sugeriu que os vereadores considerem esse fato e disse que basta andar pelas ruas para perceber que não são tantas as casas que não possuem casas; pediu que os vereadores

cooperem com essas pessoas que não têm casas, sendo que não será essa isenção que irá prejudicar a empresa. O sr. Presidente pediu que as comissões concluam a análise sobre esse projeto, preferencialmente na reunião das comissões do dia oito de novembro. Disse não estar preocupado com as questões levantadas pelo Vereador Wellington, mas sim com o caso das residências sem garagem. O Vereador Romeu disse ser necessário pensar nas pessoas que têm dificuldade para se locomover. O sr. Presidente disse que o Daniel, gerente da empresa em Rio Pomba, pode ser convidado a vir à Câmara. O Vereador Wellington disse que a Câmara tem o poder de fazer correções e não se trata de derrubar o projeto do Prefeito, mas sim dizer ao Executivo ser imoral uma residência com mais de trinta anos não receber essa atenção. Após, foi lido o Parecer nº 15, da Comissão de Finanças, Projeto de Lei nº 1.763 a 1.765. O sr. Presidente disse que hoje seria a audiência pública, mas devido à mudança da empresa que presta serviços à Prefeitura a audiência será realizada no dia dezoito, e que serão enviadas alterações na proposta orçamentária para que a mesma fique bem ajustada à realidade do município. Então, permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.763, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.764, do Executivo: Dispõe sobre a revisão anual do Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021, Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017, e adequação da Lei 1.629 de 01 de julho de 2019 – LDO 2020; c) Projeto de Lei nº 1.765, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2020. Estes projetos seguiram tramitando e o sr. Presidente comunicou que na próxima sessão haverá audiência pública. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.775, do Executivo, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Wellington disse que já foi conversado antes da reunião; citou que é preciso salientar que o art. 2º prevê a outorga onerosa a título do prestador do serviço oferecer pontos de internet gratuito à população; disse esperar que as empresas tenham boa vontade nesse aspecto; disse que gostaria de receber uma cópia do decreto executivo. O Vereador Romeu lembrou que a outorga pode ser concedida a outras empresas. O Vereador Rafael disse que a chegada da fibra ótica em Rio Pomba é importante e a Câmara não poderia votar contra. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Wellington falou sobre: situação da Av. Manoel Fernandes; não cessão da escola do Monte Alegre para a Ecoletivo; audiência pública para a cessão de terreno para construção do fórum e a realização de festas no parque de exposições; sobre a cobrança da iluminação pública para unidades da zona rural; comentou existirem outras entidades que merecem uma destinação especial de recursos, como a Associação dos Sem Casas e a Associação dos Trabalhadores Rurais. Sobre cobrança da iluminação, o Vereador Jair disse que é preciso verificar se no cadastro consta endereço de entrega no perímetro urbano, podendo gerar uma cobrança errônea. O Vereador Maurílio confirmou as palavras do Vereador Jair e disse que a responsabilidade por verificar a situação é do próprio consumidor. O Vereador Jorge disse que já aconteceu isso com ele também. O Vereador Wellington convidou os vereadores a fazerem um ofício à Energisa. O sr. Presidente pediu que os vereadores tragam os nomes das pessoas que pretendem homenagear em tempo para a próxima sessão ordinária. O Vereador Romeu Moreira

pediu paga segurar uma vaga, pois ele apresentará um nome. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (21 de outubro). A ata foi aprovada por unanimidade. A seguir foram lidas as seguintes correspondências: 1) convite 45 anos de fundação do AA; 2) convite entrega de certificados militares; 3) convite Frente Municipal da Agroecologia; 4) resposta do Prefeito a pedido de informação: Cargos e vagas não preenchidas do concurso. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas; b) Projeto de Lei nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística. O Vereador Romeu Moreira comentou que não pode comparecer à reunião do Sinsemrip e os servidores sobre o projeto da insalubridade devido à falta de energia elétrica que acontecia na maior parte da cidade. Os Vereadores Wellington e Arilson falaram sobre a reunião realizada. O Vereador Arilson disse que o trabalho apresentado pela empresa Gorgulho dá uma margem de 78% de erro, de forma que o Dr. Marcelo, que o elaborou, deveria ser convidado a vir à Câmara falar sobre o mesmo. O sr. Presidente disse que colocou para a pauta do dia dois de dezembro para discutir sobre esse projeto com um espaço maior de tempo; o sr. Presidente disse que a Câmara pode convidar o dr. Marcelo. O Vereador Wellington sugeriu que esse ofício seja expedido pelas comissões. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 553: ligação da Alameda dos Inconfidentes com a Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 560: providências na Rua José Vieira Soares-Mutirão; 3) Indicação nº 566: celebração de convênio com Aaparp; b) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 424-2ª edição parcial: manutenção da estrada rural Cachoeira dos Gonçalves; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 567: criação de vagas para crianças de dois anos no CEI; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 73-2ª edição com acréscimo: disponibilização de Internet grátis na quadra do Rosa Mística e demais; e) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 568: constituição do CMDRS e execução do PMARS; 2) Indicação nº 569: instituição da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; 3) Indicação nº 570: promoção do Natal Iluminado em parceria com a Acirp. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Às dezenove horas e trinta minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.762, do Executivo: “Autoriza o Executivo Municipal a doar bem imóvel que especifica ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”. O sr. Presidente disse que na segunda semana de dezembro virão técnicos do Tribunal de Justiça conversarem com os vereadores. O sr. Presidente deu abertura à

audiência pública para apresentação e discussão da proposta orçamentária para 2020. Estava presente o sr. Edward Mendes Losque, representando o Executivo. Usando recursos de multimídia, foram apresentados dados orçamentários e de planejamento aos vereadores e ao público presente. Durante a apresentação, houve perguntas e comentários dos vereadores e abertura para manifestação do público. O sr. Presidente determinou a leitura das Emendas aditivas, supressivas e modificativas do Vereador Jorge Luís Martins Soares ao Projeto de Lei nº 1.765. Após, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.763, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.764, do Executivo: Dispõe sobre a revisão anual do Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021, Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017, e adequação da Lei 1.629 de 01 de julho de 2019 – LDO 2020. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Votadas, as três emendas foram aprovadas por unanimidade. Seguindo, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.765, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2020. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, do Vereador Rafael Vilela Martins: Confere homenagem de cidadania honorária e dá outras providências (Dr. João Carvalho Diniz). O autor falou sobre o seu homenageado. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Confere homenagem de cidadania honorária e dá outras providências (Sebastião Lemos de Souza). O autor falou sobre o seu homenageado. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, Romeu: Confere homenagem de honra ao mérito social (Selma Furtado de Carvalho). O autor falou sobre a sua homenageada. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, todos os vereadores: Confere homenagem de honra ao mérito profissional (Dr. Evilázio Guerra). O Vereador Romeu falou sobre o homenageado. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação a respeito do Projeto de Lei nº 1.756. O parecer foi pela legalidade do projeto. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.756, havendo manifestação dos Vereadores. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda Supressiva nº 1, do Vereador Wellington, ao Projeto de Lei nº 1.756. Esta emenda foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.756, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.487/2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul”. Seguindo a pauta, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação, Educação e Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.773. Os pareceres das três comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente em discussão o Projeto de Lei nº 1.773, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de

crédito adicional especial e dá outras providências.” O Projeto de Lei nº 1.773 foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.774. O parecer da comissão foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.774, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (Pagamento Por Serviços Ambientais).” Votado, o Projeto de Lei nº 1.774 foi aprovado por unanimidade. Conforme solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Saúde, Gilberto dos Santos, o sr. Presidente o convidou a comparecer ao para a apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (maio a agosto/2019). Assim se iniciou a audiência com a apresentação de dados e comentários do sr. Secretário de Saúde; houve a participação dos vereadores com comentários e perguntas. Durante a apresentação do relatório, o Vereador Frederico Senra Condé retirou-se da sessão, com autorização da Presidência. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Romeu Moreira comentou sobre a doação de parte do terreno do parque de exposições para a construção do fórum; disse que essa parte irá prejudicar o funcionamento do parque de exposições; disse não ser contrário à doação de terreno ao fórum, mas que seja em outro lugar; disse que o terreno localizado na entrada para a Usina Ituerê não é uma boa opção para o parque de exposições; parabenizou ao Gilberto dos Santos pela apresentação dos dados e pelas informações sobre o funcionamento da Secretaria de Saúde; falou sobre a situação atual da Apae, agradeceu ao Prefeito por haver concedido uma subvenção maior à Apae e também ao Calor Humano. O Vereador Jorge também a melhoria do atendimento na Secretaria de Saúde. O Vereador Jair parabenizou ao Secretário de Saúde por sua atuação; informou que a questão da limpeza na barragem da Usina Ituerê já foi solucionada; lamentou a situação da Av. Manoel Fernandes que tem até animais soltos pastando e a Prefeitura não aplica uma medida para solucionar; apoiou o pedido de uso da escola rural pelo Ecoletivo; parabenizou ao Vereador Romeu por buscar melhores recursos para a Apae e lembrou as palavras do seu tio, Didi, pedindo que a Prefeitura nunca desampare a Apae; convocou também as pessoas a destinarem doações à entidade através do Imposto de Renda. O Vereador Wellington lamentou a situação da Escola Estadual Padre Manoel de Jesus Maria, que corre o risco de ser paralisada; solicitou que a Câmara convide a Superintente Regional de Educação para uma audiência pública; lamentou o estado dos quisesques da Praça Alcides Marangon Macedo, cabendo aos concessionários administrar e zelar bem pelos mesmos; convidou os Vereadores para evento da frente municipal de agroecologia abordando a agrícola familiar sustentável. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e dez minutos do dia dois de dezembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (04 e 18 de novembro). As atas foram aprovadas por unanimidade. A seguir foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofício 441, do Prefeito, responde Requerimento 50; b) Ofício 473, do Prefeito, responde Requerimento 51; c) Ofício do Prefeito respondendo ao Requerimento 49; d) Ofício de Sílvio Queiroz em resposta à solicitação de comparecimento para prestar informações sobre a obra de construção da sede do Caps. Seguindo os trabalhos, conforme prévia inscrição, usou a Tribuna Popular o Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip, para falar sobre o projeto da insalubridade e a auditoria realizada sobre estudo apresentado pela empresa Gorgulho. Houve troca de informações entre o orador e os vereadores. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas. Foi lido o Projeto de Lei nº 1.776, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, no Município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente o encaminhou para análise das comissões de: a) Legislação; b) Saúde (o Vereador Wellington foi substituído pelo Vereador Jair); c) Finanças. Seguindo os trabalhos foi lida a Moção nº 36, Vereadores: Moção de apoio ao Projeto de Lei nº 3.515/2015. Votada, a Moção nº 36 foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente falou sobre a importância desse ato da Câmara. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 329-4ª edição: construção de passeios, guarda-corpo e rede de iluminação; 2) Indicação nº 555: mata-burros nas Candongas; b) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 571: recapeamento asfáltico em rua do bairro São Manoel; 2) Indicação nº 573: manutenção das vias do loteamento Panorama; c) Wellington F. Souza e Jair P. Coelho: 1) Indicação nº 572: capacitação e treinamento dos Conselheiros Municipais de Saúde. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. O Vereador Jair falou da importância do treinamento sugerido na Indicação nº 572. O sr. Presidente falou que realmente é importante uma boa capacitação também para os conselheiros municipais de saúde. O Vereador Wellington falou sobre o Projeto de Lei nº 1.776. Às dezenove horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.762, do Executivo: “Autoriza o Executivo Municipal a doar bem imóvel que especifica ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação sobre o Projeto de Lei nº 1.752. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei

nº 1.752, Vereadores: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística. O Projeto de Lei nº 1.752 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Romeu Moreira, sobre o Projeto de Lei nº 1.747, disse que nunca votou contra os funcionários municipais e não será agora que irá votar; sobre a correspondência enviada pelo sr. Sílvio Queiroz, disse que o Vereador Wellington vem solicitando a formação de uma CPI, de forma que hoje ele, Romeu, como Presidente da Comissão de Obras, telefonou para o sr. Sílvio e solicitou a presença para prestar esclarecimentos, pois para montar uma CPI é preciso ter muito cuidado e apurar as informações de ambos os lados para que o caso não se volte contra os vereadores; recordou que já participou ativamente de uma CPI que apurou sobre um posto de saúde em nossa cidade; disse que no dia da vinda do sr. Sílvio à Câmara todos os vereadores estarão convidados. O Vereador Jair ressaltou o trabalho da Rede do Bem em nossa cidade, mais recentemente com a reforma da Sopa da Divina Providência. Sobre a carta do sr. Sílvio Queiroz, o Vereador Wellington disse que apresentou informações que ele encontrou; elogiou a atitude do sr. Prefeito em reformar o Caps, ao mesmo tempo em que estranhou o fato de somente agora estar sendo feita; comparou o estado de conservação do Caps com outras obras que estão em melhores condições; disse que sua preocupação é com os recursos públicos que foram empregados; disse não estar preocupado se alguém vai processá-lo, preferindo errar pelo excesso de zelo do que pela omissão do Prefeito e do Secretário de Saúde que têm a responsabilidade de preservar aquele patrimônio. O Vereador Romeu disse não saber se o sr. Sílvio irá processar o Vereador Wellington, que não o conhece pessoalmente e que o mesmo o tratou muito bem ao telefone; disse que o sr. Prefeito tem tomado providências e que excepcionalmente tem chovido muito este ano. O Vereador Wellington disse que os estragos vêm acontecendo desde a inauguração. O Vereador Romeu disse que entende ser melhor resolver as coisas num bom diálogo. O Vereador Wellington falou sobre reunião produtiva ocorrida entre o Secretário de Agricultura, o Extensionista da Emater, Virgílio, e representantes da agricultura familiar, além do Professor Carlinhos do Instituto Federal. O Vereador Rafael disse ser necessário olhar com humildade a criação de uma CPI que envolve obra de engenharia, uma vez que os vereadores não têm capacidade técnica para esse assunto e a Câmara não tem um engenheiro para assessorar; disse agora aguardar a presença do sr. Sílvio e citou que o município está trabalhando na recuperação do imóvel; falou do déficit financeiro do Estado para com os Municípios. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Sexagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (02 de dezembro). A ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo os trabalhos, conforme prévia inscrição, usou a Tribuna Popular Rafaela Teodorica, Presidente da AAPARP, para falar sobre o canil municipal. Basicamente a oradora pediu novos encontros para se discutir a situação do atual canil, que não atende às normas atinentes e não oferece condições adequadas aos animais. Houve a participação dos vereadores durante o uso da tribuna. Estando presente no recinto a servidora municipal do Nasf, Josilene Rodrigues, e com autorização plenária, a mesma usou a palavra para falar sobre as ações relacionadas à prevenção ao HIV e doenças sexualmente transmissíveis no mês de dezembro que é denominado Dezembro Vermelho. Passando às proposições, seguiram tramitando tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.747, do Executivo: “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais e dá outras providências”; bem como as emendas apresentadas; b) Projeto de Lei nº 1.776, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, no Município de Rio Pomba e dá outras providências. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.777, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.” O sr. Presidente falou sobre o objetivo do projeto. Consultado o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, este foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi pela legalidade do projeto. O sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.778, do Executivo: “Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e dá outras providências.” O sr. Presidente falou sobre o objetivo do projeto. Consultado o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, este foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi pela legalidade do projeto. O sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. A próxima leitura foi do Projeto de Lei nº 1.779, do Executivo: “Dispõe sobre concessão de subvenções sociais a Entidades para o exercício de 2020.” O sr. Presidente falou sobre o objetivo do projeto. Consultado o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, este foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi pela legalidade do projeto. O sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.780, do Executivo: “Estabelece normas para regulamentação, regularização e implantação de condomínio horizontal de lotes residenciais, no perímetro urbano do município.” Foi lido também o parecer da Assessoria Jurídica da Câmara. O sr. Presidente

encaminhou este projeto para análise das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente. O Vereador Romeu disse que há o parecer jurídico favorável e o dr. Douglas estava no recinto, mas precisou retirar-se; cabe aos vereadores decidirem mas gostaria do apoio para votação hoje. Os Vereadores Arilson e Jorge apoiaram o pedido do Vereador Romeu. O Vereador Romeu disse que o bairro da Estação será contemplado com um espaço aberto desportivo nesse condomínio. O Vereador Jair disse que prefere estudar melhor o projeto, inclusive pela não garantia de que a doação do espaço público será feita no mesmo bairro onde estará o condomínio. O Vereador Romeu disse que o projeto se aplica ao todo o município, e que citou os nomes de Rita e Dr. Ricardo porque eles já estão com esse planejamento. O Vereador Maurílio disse ser favorável mediante o parecer jurídico da Câmara. Os Vereadores Arilson e Jorge, diante do pedido do Vereador Jair, opinaram pela tramitação do projeto. O Vereador Romeu concordou com o Vereador Jair mas pediu que o Presidente resolvesse este projeto ainda este ano. O Vereador Wellington concordou que o projeto seja legal mas necessitado de melhor análise, inclusive com relação à parte ambiental. Seguindo os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.781, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Altera, insere e revoga dispositivos da Lei nº 1.625/2019, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de Legislação e Educação. O Vereador Wellington disse que essas alterações são importantes de serem implementadas antes da posse dos novos conselheiros; citou a importância da disposição de um veículo com motorista. O Vereador Jair perguntou se essa disposição de motorista é uma regra geral, pois acha difícil de ser cumprida na situação do município, ao passo que o veículo é tranquilo. O Vereador Wellington disse que a lei federal determina que o município ofereça toda a infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho Tutelar. Segundo a manifestação dos vereadores, o sr. Presidente designou uma audiência para o dia dezanove próximo, quinta-feira, dezesesseis horas, para tratar sobre os Projetos de Leis 1.780 e 1.781, com possibilidade de convocação extraordinária da Câmara. O Vereador Wellington convidou para essa audiência os conselheiros tutelares presentes no recinto e solicitou que sejam convidados também os membros do CMDCA. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Vereador Jorge: 1) Indicação nº 574: manutenção da estrada rural de Bomjardim de Baixo; 2) Indicação nº 575: providência em águas pluviais; b) Vereador Paulo: 1) Indicação nº 36-2ª edição: redutores de velocidade no Bairro São Manoel; 2) Indicação nº 565: redutores de velocidade na Praça Getúlio Vargas; c) Vereador Rafael: 1) Indicação nº 576: captação de águas pluviais no bairro Nossa Senhora das Graças. No pequeno expediente puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos os vereadores inscritos. Aberta a ordem do dia às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, o sr. Presidente solicitou a leitura do Relatório Anual dos Trabalhos da Câmara previsto no art. 40, XXV, do Regimento Interno. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.762, do Executivo: “Autoriza o Executivo Municipal a doar bem imóvel que especifica ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado

de Minas Gerais”. O Vereador Arilson disse que houve reunião com engenheiro do Tribunal de Justiça e que foi informado até a possibilidade de desapropriação caso a Câmara não aprove o projeto, além de ter sido procurado terrenos em outros lugares mas não encontrados. O Vereador Rafael disse que Rio Pomba foi contemplado dentre trinta municípios para receber um novo fórum com capacidade de ampliação de serviços, tratando-se de obra de grande porte para a qual o município deve ceder o terreno adequado; em troca a cidade ganha a possibilidade de receber o atual prédio do fórum; explicou em que área do parque de exposições fica esse terreno pretendido; achou que dificilmente um juiz se posicionará contra uma festa popular e tradicional de nossa cidade; ressaltou que a obra gerará emprego e renda ao nosso município. O Vereador Wellington explicou o seu posicionamento sobre o projeto; comentou a impossibilidade de instalação no loteamento Jardim São Luís inclusive por questões ambientais e de travessia de rodovia; assim como o terreno do Estado atrás do Ginásio por ser fundos e sem uma via adequada de acesso; mostrou sua preocupação com a incerteza de que a exposição agropecuária seja ou não prejudicada pela proximidade do fórum; citou que os representantes dos produtores rurais deveriam estar aqui para representar a preocupação do setor; disse entender a preocupação dos vereadores e sua de não se perder a oportunidade da construção de um novo fórum dotado de condições de melhor atender ao cidadão; comentou a possibilidade do Estado desafetar qualquer área do município em 2029 e que caberá a esta Casa defender a realização das festas. O Vereador Jorge citou que o Instituto Federal tem a faculdade de Direito e o novo fórum ampliará as áreas de serviço. O Vereador Rafael disse que se o projeto for rejeitado em 2029 o Estado volta com o direito de escolher qualquer área e desapropriá-la. O Vereador Wellington disse esperar que o Poder Judiciário dê a sua contrapartida com a instalação de duas varas e uma área melhor do Ministério Público para o atendimento à população. O Vereador Romeu disse votar com o coração partido, que os vereadores estiveram reunidos durante quatro horas com o engenheiro do Tribunal de Justiça e este afirmou que o Estado tem o direito de desapropriar o município; falou da sua preocupação com o canil e sugeriu que o terreno da antiga escola Alzira Mosqueira tem condições de abrigá-lo, o que lhe tranquiliza de certa forma; disse não ver saída para a situação e que se a Câmara não aprovar só estará atrasando o processo. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.762, que foi aprovado por cinco votos dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Arilson Neto Santos Freitas, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Frederico Senra Condé; votando contra os Vereadores Jair de Paula Coelho, Wellington Ferreira de Souza e Romeu Moreira Batista. Na justificativa do seu voto, o Vereador Jair disse que votava contra pelo fato de não haver garantias da continuidade dos eventos agropecuários no atual parque de exposições, assim como não haver garantias da doação do atual prédio do fórum ser doado ao município; fez votos de que o fórum seja construído mas que não seja retirado o parque de exposições da população, lembrando que já houve um juiz que parou o carnaval. O Vereador Wellington, ao votar, disse que os pensamentos do Vereador Jair são os seus também e que realmente se sente inseguro para votar, de forma que manifestou seu respeito ao pessoal do Tribunal

de Justiça mas sempre assumindo o peso de suas decisões, apesar de entender a necessidade do empreendimento no município. O Vereador Romeu disse que é o vereador que mais sofre com esta situação porque viu o surgimento do parque de exposições passo-a-passo; apesar de reconhecer a necessidade do novo fórum, lembrou que o engenheiro do judiciário não deu garantia alguma de que o atual fórum virá ao município, ainda que tenha se prontificado a ajudar nessa causa; comentou que o distrito 2 é muito distante para um parque de exposições e o destino do canil lhe preocupa. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.777, sendo que o mesmo foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.778, sendo que o mesmo foi aprovado por unanimidade. O Vereador Wellington pediu para constar a sua preocupação com a situação ambiental desta obra. O Vereador Jair disse que as obras somente se iniciarão com as licenças ambientais. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.779, sendo que o mesmo foi aprovado por unanimidade. No grande expediente onde os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Wellington Ferreira de Souza disse que encaminhou à Mesa Diretora alguns pedidos de itens do Regimento Interno que são importantes; falou sobre os eliminadores de ar para instalação junto aos hidrômetros, sobre o que ele tem informações da Arsae; pediu que a Presidência da Câmara oficie ao Executivo cobrando a devida resposta ao Requerimento nº 50/2019 relacionado às obras de captação de águas pluviais, assim como o requerimento que pede informações sobre o Fumpac; lamentou a ocorrência de dois acidentes automobilísticos ocorridos em nossa cidade sem apresentação pública dos culpados. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara Municipal os Vereadores: Rafael Vilela Martins, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Romeu Moreira Batista e Paulo Henrique da Silva; o sr. Presidente, Rafael Vilela Martins, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de cidadania honorária e honra ao mérito, tratando-se das seguintes personalidades: Selma Furtado de Carvalho, Dr. Evilázio Guerra, Sargento Bombeiro Militar Ivo Dias dos Reis, Dr. João Carvalho Diniz e Sebastião Lemos de Souza. Foi convidada a integrar-se ao Plenário a senhora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Vice-Prefeita de Rio Pomba. Presentes ainda autoridades e representações. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados e entregues as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados e estes, logo após, fizeram seus agradecimentos. A sra. Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes também se congratulou. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. O sr. Presidente aproveitou a ocasião para lançar o primeiro informativo “Jornal da Câmara”, o qual foi distribuído aos presentes assim como o será à população gratuitamente. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte e três de dezembro de dois mil e dezenove, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Rafael Vilela Martins, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura da Emenda Modificativa nº 01. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Emenda Modificativa nº 02. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Seguindo, por serem semelhantes, foram lidas as Emendas Supressivas nº 03 e 04. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores das emendas. Os pareceres das três comissões foram favoráveis às emendas. Em seguida, o sr. Presidente colocou as emendas em votação e ambas foram aprovadas por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lida a Emenda Modificativa nº 05. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi lida a Emenda Modificativa nº 06. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir foi lida a Emenda Modificativa nº 07. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Emenda Modificativa nº 08. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lida a Emenda Modificativa nº 09. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio

Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Continuando, foi lida a Emenda Modificativa nº 09. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Seguindo na apresentação das emendas, foi lida a Emenda Modificativa nº 10. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por 06 (seis) votos dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Arilson Neto Santos Freitas, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Frederico Senra Condé e Wellington Ferreira de Souza; votando contra os Vereadores Jair de Paula Coelho e Romeu Moreira Batista. Por fim, foi lida a Emenda Aditiva nº 11. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Meio Ambiente, efetuando as substituições dos vereadores impedidos quando autores da emenda. Os pareceres das três comissões foram favoráveis à emenda. Em seguida, o sr. Presidente colocou a emenda em votação e a mesma foi aprovada por 07 (sete) votos dos Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva, Jair de Paula Coelho, Frederico Senra Condé, Wellington Ferreira de Souza e Romeu Moreira Batista; votando contra o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. Houve a discussão das emendas com comentários e explicações dos vereadores. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.780, do Executivo: “Estabelece normas para regulamentação, regularização e implantação de condomínio horizontal de lotes residenciais, no perímetro urbano do município.” Este projeto foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Rafael Vilela Martins
Presidente da Câmara

Jair de Paula Coelho
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jorge Luís Martins Soares

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Wellington Ferreira de Souza

Romeu Moreira Batista

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 72 (setenta e duas) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2019 (primeiro de janeiro de dois mil e dezenove) até 31/12/2019 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 03 de fevereiro de 2020.

VEREADOR JAIR DE PAULA COELHO
Secretário

VEREADOR RAFAEL VILELA MARTINS
Presidente da Câmara